



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
Coordenação de Compras.

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para a locação de Monitores e ventiladores pulmonares.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 12/03/2020, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3689629** e o código CRC **93B995C9**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3689629

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Encaminhamos o presente processo, conforme solicitação.

Derlan Dias
Coordenação de Compras
ID 4370727-0

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 16/03/2020, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3765580** e o código CRC **06A5902C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3765580

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

A
Superintendência de Logística,
Coordenação de Qualificação de Material, e
Coordenação de Compras.

De acordo com orientação do senhor Secretário desta Pasta, tendo em vista o crescimento dos casos referentes ao COVID- 19, solicitamos que os quantitativos de locação dos equipamentos previstos inicialmente, sejam de 600, sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição, observando a média aproximada de tubo descartável.

URGENTE!

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 17/03/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3765695** e o código CRC **B32C809C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3765695

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

A Subsecretaria Executiva/SEs,

Trata-se da solicitação de 600 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição para atendimento ao processo SEI - 08/001/005899/2020.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Considerando a demanda da Subsecretaria Executiva quanto ao abastecimento dos itens para o atendimento a uma possível pandemia do Coronavírus.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que os insumos foram definidos pela Subsecretaria Executiva através do despacho **SEI nº 3765695**.

Encaminhamos Termo de Referência 38/2020 para **análise e autorização para prosseguimento**.

TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020

I. Objeto

1. Trata se da solicitação de 600 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição, para o atendimento ao processo SEI - 08/001/005899/2020.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetiva a locação em caráter emergencial dos equipamentos abaixo relacionados conforme despacho (3689629).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

3. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID
				<p>VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS.</p> <p>Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen.</p> <p>Características Mínimas:</p> <p>Modalidades: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CpAp/pSV Modo ILV (Ventilação Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio; Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal ; Inspiração manual eletrônica e sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0. 1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos ; Sistema de proteção contra apneia em modos espontâneos (backup) ; Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p> <p>Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) -1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90;</p>	

01

Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100
 Pressão Limitada Máxima (cmH2O) -5 a 80;
 Pressão de Trabalho Máxima (cmH2O) -5 a 100
 PEEP/CPAP (cm H2O) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H2O) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80;
 Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min)- 4 a 180;
 Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30;
 SENSIBILIDADE a Pressão (cm H2O)-OFF,-1 a-20
 Peso do Paciente (kg)-0, 3 a 200, 0
 Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0, 40
 Suspiro (ciclo)-OFF, 5 a 100
 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40;
 Silenciador de alarme (s) -120 .

Monitorização: MONITOR GRAFICO de ventilação LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que permita fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 2100ps vxp e fxv.

Monitorização dos valores. Especificações do Monitor de Ventilação Volume Corrente (ml)-20 a 2600
 Volume Minuto (l)-0,1 a 50
 Frequência Respiratória (rpm) -1 a 180;
 Pressão Inspiratória Máxima (cmH2O)-30 a 120
 Pressão Inspiratória de Platô (cmH2O)-30 a 120;
 pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH2O) -30 a 120 (auto peep) ;
 Pressão inspiratória Média (cmH2O)-30 a 120
 Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00;
 Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00;
 Resistência das Vias Aéreas (cm/H20/min)-1, 0 a 100, 0
 Tempo Inspiratório (s)-00, 1 a 20
 Relação IE-6:1 a I:10
 FIO2 (%) -14 a 100
 Pressão Intrínseca no Final da Expiração (cmH2O)-30 a 120.

Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O) -OFF, 1 a 120
 pressão alta (cmH2O) -OFF, 1 a 120
 PEEP baixo (cmH2O)-OFF, 1 a 70
 PEEP alto (cmH2O)-OFF, 1 a 70
 volume minuto alto (l)-OFF, 0, 1 a 99, 0
 volume minuto baixo (l)-OFF, 0,1 a 99,0;
 frequência baixa (rpm)-OFF, 1 a 200
 frequência alta (rpm)

OFF, 1 a 200
 FiO2 baixa (%) -OFF, 18 a 100
 FiO2 alta (%) -OFF, 18 a 100.

Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenada durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo

solicitação de 600 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição

			<p>manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos.</p> <p>acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal); base para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; mangueiras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display.</p> <p>Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos.</p> <p>Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Mangueira-Conforme norma 1S0535.</p>	
Total de itens: 01				
Requisitante: SUBEX/SES				

4. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS EQUIPAMENTOS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar em até 03 (três) dias úteis as Amostras.

2.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca fornecedor, tamanho e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 603, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 5. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 5. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 6. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 6. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 6. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondicionados.

5. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

1. Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:
 1. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
 2. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
 3. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
 4. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

VI. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS LOCADOS

1. Fica o licitante obrigado a garantir a prestação de assistência técnica permanente ao aparelho locado, sem ônus adicional para SES –RJ.
2. Fica a licitante responsável por vícios, defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos locados e das peças, pelo prazo da vigência do contrato, obrigando-se a reparar o dano e substituir os equipamentos defeituosos, sem nenhum ônus para a SES - RJ.

VII. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de locação;
3. Colocar a disposição do CONTRATANTE os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
4. Ofertar treinamento as equipes dos Estabelecimentos da SES/RJ, atendidas pela contratação, com o propósito de capacitar os colaboradores destes estabelecimentos no uso dos equipamentos;
5. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante.
6. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos Equipamentos, assim como sua manutenção preventiva e corretiva.
7. Colocar a disposição do CONTRATANTE os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
8. Ofertar treinamento as equipes vinculados a Secretaria de Estado da Saúde do rio de Janeiro – Ses/RJ, atendidas pela contratação, com o propósito de capacitar os colaboradores destes estabelecimentos no uso dos equipamentos;
9. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante;
10. A contratada deverá fornecer equipamento(s) reserva(s) em quantidade proporcional à existente no Estabelecimento Assistencial de Saúde, visando repor o(s) equipamento(s) em manutenção;
11. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes podem ser encaminhadas por correio eletrônico (e-mail) e telefone;
12. Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu consumo dentro do período de garantia.
13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto no Almoxarifado, incluindo as entregas feitas por transportadoras.
14. Responsabilizar-se pela fiel entrega e instalação dos equipamentos no prazo estabelecido.
15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta locação.

VIII. DA GARANTIA

- I. Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia no período de vigência do contrato.
- II. Durante o período de garantia, a ADJUDICATÁRIA, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a prestar manutenção por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso,

sem ônus adicionais para a SECRETARIA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO;

- III. O prazo para atender os chamados de manutenção deverá ser no máximo de 24 horas e o prazo para solução do defeito no equipamento será no máximo de 02 dias, ambos a contarem do prazo de recebimento das solicitações escritas por parte da SES-RJ.
- IV. A manutenção prestada será realizada sem qualquer ônus à contratante

IX. QUANTO AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS/INSUMOS A CONTRATADA SE OBRIGA A:

- 1. Fornecer, durante a vigência do presente contrato, o material solicitado e necessário ao perfeito funcionamento do equipamento;
 - 2. A instalação do(s) equipamento(s) deverá ser realizada nas unidades.
 - 3. Os equipamentos deverão ser instalados pela Contratada e estar em pleno funcionamento;
 - 4. Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s) e/ou acessórios (s), ou problemas no equipamento;
 - 5. A contratada deverá assumir todos os custos de montagem referente aos equipamentos, sem ônus para a SES/RJ.
 - 6. Entregar os produtos nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada da nota de empenho;
 - 7. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos às unidades, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade.
 - 8. Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada às unidades;
- X. Dispor de assistência científica para o Rio de Janeiro (Capital). Quanto aos equipamentos, a CONTRATADA se obriga a:
- 1. Fornecer o manual de operação completo dos equipamentos, preferencialmente, na forma impressa, em língua portuguesa no ato do fornecimento/ instalação;
 - 2. Apresentar Termo de Compromisso de instalação, calibração, manutenções preventivas e corretivas;
 - 3. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante.

11. Considerações para as entregas

- 1. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói e/ou Unidades a serem definidas pela Secretaria de saúde - RJ.
- 2. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato. Prazo de instalação e montagem e treinamento (capacitação técnica): imediata, após a entrega dos equipamentos, a critério da SES. A contratada será responsável pela instalação e montagem dos equipamentos em todo o Estado do Rio de Janeiro, correndo às suas expensas todos os custos referentes às mesmas.
- 3. Devera fazer parte do procedimento de instalação e montagem, a capacitação técnica, no local, para futuros usuários dos equipamentos adquiridos.
- 4. Prazo de garantia dos equipamentos neste período deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a SES.
- 5. A abertura das caixas deve ser realizada na presença de técnico da Engenharia Clínica.
- 6. Manuais: 01 (um) cópia do manual em língua portuguesa de operação (por equipamento).

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 18/03/2020, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3805461** e o código CRC **41EAC7AC**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3805461

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
Coordenação de Compras.

AUTORIZO o prosseguimento em caráter de urgência.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 18/03/2020, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3807368** e o código CRC **EF6B23F8**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3807368

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Encaminhamos o presente processo, conforme solicitação.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 20/03/2020, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3842705** e o código CRC **CFB7A8CE**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3842705

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

A
Superintendência de Logística,
Coordenação de Qualificação de Materiais, e
Coordenação de Compras.

solicitamos a alteração do Termo de Referência, quanto ao aumento no quantitativo de ventiladores pulmonares, devendo ser acrescido mais 100 para aquisição.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 20/03/2020, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3843318** e o código CRC **3B90ABC1**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3843318

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES,

Trata-se da solicitação de ventiladores pulmonares para atendimento ao processo SEI - 08/001/005899/2020.

Considerando o despacho da Subsecretaria Executiva 3843318 que solicita o acréscimo de 100 ventiladores pulmonares para aquisição.

Encaminhamos Termo de Referência (38/2020) com alteração do quantitativo conforme solicitado, sendo assim segue para prosseguimento.

TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020

I. Objeto

1. Trata-se da solicitação de ventiladores pulmonares para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19. Conforme solicitado em despacho 3689629.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetiva a locação em caráter emergencial dos equipamentos abaixo relacionados conforme despacho (3689629).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

3. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID
				VENTILADOR PULMONAR	

MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS.

Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen.

Características Mínimas:

Modalidades: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CpAp/pSV Modo ILV (Ventilação Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio; Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal; Inspiração manual eletrônica e sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0. 1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos; Sistema de proteção contra apneia em modos espontâneos (backup); Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.

Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) -1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH20) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH20) -5 a 100 PEEP/CPAP (cm H20) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H20) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min)- 4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm H20)-OFF,-1 a 20 Peso do Paciente (kg)-0, 3 a 200, 0 Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0, 40 Suspiro (ciclo)-OFF, 5 a 100 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40; Silenciador de alarme (s) -120 .

Monitorização: MONITOR GRAFICO de ventilação LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que permita

Ventiladores

fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 2l00ps vxp e fxv.

Monitorização dos valores. Especificações do Monitor de Ventilação Volume Corrente (ml)-20 a 2600 Volume Minuto (l)-0,1 a 50 Frequência Respiratória (rpm) -1 a 180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH2O)-30 a 120 Pressão Inspiratória de Platô (cmH2O)-30 a 120; pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH2O) -30 a 120 (auto peep) ; Pressão inspiratória Média (cmH2O)-30 a 120 Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00; Resistência das Vias Aéreas (cm/H20/min)-1, 0 a 100, 0 Tempo Inspiratório (s)-00, 1 a 20 Relação IE-6:1 a I:10 FI02 (%) -14 a 100 Pressão Intrínseca no Final da Expiração (cmH2O)-30 a 120.

Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de 02, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O) -OFF, 1 a 120 pressão alta (cmH2O) -OFF, 1 a 120 PEEP baixo (cmH2O)-OFF, 1 a 70 PEEP alto (cmH2O)-OFF, 1 a 70 volume minuto alto (l)-OFF, 0, 1 a 99, 0 volume minuto baixo (l)-OFF, 0,1 a 99,0; frequência baixa (rpm)-OFF, 1 a 200 frequência alta (rpm)

OFF, 1 a 200 FiO2 baixa (%) -OFF, 18 a 100 FiO2 alta (%) -OFF, 18 a 100.

Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenada durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos.

acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal); base para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; mangueiras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display.

Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com

ventiladores pulmonares:

Sendo 300 sob forma de locação/

E 400 para aquisição

				capacidade de 120 minutos.	
				Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Mangueira-Conforme norma 1S0535.	
Total de itens: 01					
Requisitante: SUBEX/SES					

4. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS EQUIPAMENTOS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar em até 03 (três) dias úteis as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca fornecedor, tamanho e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por

ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.

4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 603, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 5. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 5. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 6. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 6. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 6. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou reconicionados.

5. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

1. Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:
 1. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
 2. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
 3. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
 4. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

VI. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS LOCADOS

1. Fica o licitante obrigado a garantir a prestação de assistência técnica permanente ao aparelho locado, sem ônus adicional para SES –RJ.
2. Fica a licitante responsável por vícios, defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos locados e das peças, pelo prazo da vigência do contrato, obrigando-se a reparar o dano e substituir os equipamentos defeituosos, sem nenhum ônus para a SES - RJ.

VII. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de locação;
3. Colocar a disposição do CONTRATANTE os meios necessários à comprovação da

qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

4. Ofertar treinamento as equipes dos Estabelecimentos da SES/RJ, atendidas pela contratação, com o propósito de capacitar os colaboradores destes estabelecimentos no uso dos equipamentos;
5. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante.
6. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos Equipamentos, assim como sua manutenção preventiva e corretiva.
7. Colocar a disposição do CONTRATANTE os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
8. Ofertar treinamento as equipes vinculados a Secretaria de Estado da Saúde do rio de Janeiro – Ses/RJ, atendidas pela contratação, com o propósito de capacitar os colaboradores destes estabelecimentos no uso dos equipamentos;
9. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante;
10. A contratada deverá fornecer equipamento(s) reserva(s) em quantidade proporcional à existente no Estabelecimento Assistencial de Saúde, visando repor o(s) equipamento(s) em manutenção;
11. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes podem ser encaminhadas por correio eletrônico (e-mail) e telefone;
12. Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu consumo dentro do período de garantia.
13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto no Almoxarifado, incluindo as entregas feitas por transportadoras.
14. Responsabilizar-se pela fiel entrega e instalação dos equipamentos no prazo estabelecido.
15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta locação.

VIII. DA GARANTIA

- I. Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia no período de vigência do contrato.
- II. Durante o período de garantia, a ADJUDICATÁRIA, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a prestar manutenção por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para a SECRETARIA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO;
- III. O prazo para atender os chamados de manutenção deverá ser no máximo de 24 horas e o prazo para solução do defeito no equipamento será no máximo de 02 dias, ambos a contarem do prazo de recebimento das solicitações escritas por parte da SES-RJ.
- IV. A manutenção prestada será realizada sem qualquer ônus à contratante

IX. QUANTO AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS/INSUMOS A CONTRATADA SE OBRIGA A:

1. Fornecer, durante a vigência do presente contrato, o material solicitado e necessário ao perfeito funcionamento do equipamento;
2. A instalação do(s) equipamento(s) devera ser realizada nas unidades.
3. Os equipamentos deverão ser instalados pela Contratada e estar em pleno funcionamento;
4. Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s) e/ou acessórios (s), ou problemas no equipamento;
5. A contratada deverá assumir todos os custos de montagem referente aos equipamentos, sem ônus para a SES/RJ.
6. Entregar os produtos nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada da nota de empenho;

7. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos às unidades, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade.
 8. Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada às unidades;
- X. Dispor de assistência científica para o Rio de Janeiro (Capital). Quanto aos equipamentos, a CONTRATADA se obriga a:
1. Fornecer o manual de operação completo dos equipamentos, preferencialmente, na forma impressa, em língua portuguesa no ato do fornecimento/ instalação;
 2. Apresentar Termo de Compromisso de instalação, calibração, manutenções preventivas e corretivas;
 3. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante.

11. Considerações para as entregas

1. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói e/ou Unidades a serem definidas pela Secretaria de saúde - RJ.
2. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato. Prazo de instalação e montagem e treinamento (capacitação técnica): imediata, após a entrega dos equipamentos, a critério da SES. A contratada será responsável pela instalação e montagem dos equipamentos em todo o Estado do Rio de Janeiro, correndo às suas expensas todos os custos referentes às mesmas.
3. Devera fazer parte do procedimento de instalação e montagem, a capacitação técnica, no local, para futuros usuários dos equipamentos adquiridos.
4. Prazo de garantia dos equipamentos neste período deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a SES.
5. A abertura das caixas deve ser realizada na presença de técnico da Engenharia Clínica.
6. Manuais: 01 (um) cópia do manual em língua portuguesa de operação (por equipamento).

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em



20/03/2020, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3844597** e o código CRC **457C8DAF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3844597

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Trata-se da solicitação de 600 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição para atendimento ao processo SEI - 08/001/005899/2020.

Tendo em vista a urgência que o caso requer, informamos que 03 (três) empresas encaminharam propostas, entretanto, apenas 03 (três) cotações para aquisição e 01 (uma) cotação para locação.

Diante do exposto, encaminhamos o p.p. para manifestação de qual procedimento a ser adotado por esta Coordenação.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 20/03/2020, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3853987** e o código CRC **01A03A36**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3853987

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
Coordenação de Compras,
Superintendência de Orçamento e Finanças.

Na verdade, trata-se de 400(quatrocentos) para aquisição e 300 (trezentos) para locação.

Devido ao crescente aumento do COVID-19, autorizamos que seja dada continuidade aos trâmites para aquisição e posteriormente a locação.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 21/03/2020, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3855045** e o código CRC **1CB49C73**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3855045

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS. Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen. Características Mínimas: Modalidades: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CpAp/pSV Modo ILV (Ventilação Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio; Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal ; Inspiração manual eletrônica e	AQUISIÇÃO	300	R\$ 169.800,00	R\$ 50.940.000,00



AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

<p>sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0, 1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos ; Sistema de proteção contra apneia em modos espontâneos (backup) ; Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p> <p>Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) - 1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH20) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH20) - 5 a 100 PEEP/CPAP (cm H20) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H20) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min)- 4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm</p>			
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

MATRIZ: Rua Belizário Pena, 491 - Penha - Rio de Janeiro - CEP: 21.020-010
FILIAL: Estrada RJ-127 S/N - Lote 11 - Complexo Industrial de Paracambi - Paracambi - CEP: 26.660-000

+55 (21) 2426-6037
+55 (21) 2430-7085

H20)-OFF, -1 a 20 Peso do Paciente (kg)-0, 3 a 200, 0
Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0, 40 Suspiro (ciclo)-
OFF, 5 a 100 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40;
Silenciador de alarme (s) -120 .
Monitorização: MONITOR GRAFICO de ventilação LCD
COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que
permita fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica
simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x
tempo e 2100ps vxp e fvv.
Monitorização dos valores. Especificações do Monitor de
Ventilação Volume Corrente (ml)-20 a 2600 Volume
Minuto (l)-0, 1 a 50 Frequência Respiratória (rpm) -1 a
180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH20)-30 a 120
Pressão Inspiratória de Platô (cmH20)-30 a 120; pressão
no final da Expiração (PEEP) (cmH20) -30 a 120 (auto
peep) ; Pressão inspiratória Média (cmH20)-30 a 120
Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH20)-1, 00 a 100,
00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH20)-1, 00
a 100, 00; Resistência das Vias Aéreas (cm/H20/min)-1, 0
a 100, 0 Tempo Inspiratório (s)-00, 1 a 20 Relação IE-6:1
a 1:10 FIO2 (%)-14 a 100 Pressão Intrínseca no Final da

AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

<p>Expiração (cmH2O)-30 a 120. Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O) -OFF, 1 a 120 pressão alta (cmH2O) -OFF, 1 a 120 PEEP baixo (cmH2O)-OFF, 1 a 70 PEEP alto (cmH2O)-OFF, 1 a 70 volume minuto alto (l)-OFF, 0, 1 a 99, 0 volume minuto baixo (l)-OFF, 0, 1 a 99,0; frequência baixa (rpm)-OFF, 1 a 200 frequência alta (rpm) OFF, 1 a 200 FiO2 baixa (%) -OFF, 18 a 100 FiO2 alta (%) -OFF, 18 a 100. Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenada durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos.</p> <p>acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal); base</p>			
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; mangueiras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display. Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos. Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Mangueira-Conforme norma ISO535. MARCA: LIFEMED MARCA: CMOS DRAKE MARCA: ALLIA			
VALOR TOTAL R\$ 50.940.000,00 (CINQUENTA MILHÕES NOVECENTOS E QUARENTA MIL REAIS)			
PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO, CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO TERMO DO CONTRATO.			



AO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.	Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (TRINTA) DIAS
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS

RIO DE JANEIRO, 19 DE MARÇO DE 2020.

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
CINTHYA SILVA NEUMANN

16.599.555/0001-31
INSC. EST. 86.966.808
ARC FONTOURA INDÚSTRIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
RUA BELIZÁRIO PENA Nº 491
PENHA - CEP 21.020-010
RIO DE JANEIRO - RJ





ATACADÃO FARMACÊUTICO

PROPOSTA COMERCIAL - SES - COTAÇÃO EMERGENCIAL - COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAGEM
PROCESSO: SEI - 080001/005899/2020 COTAÇÃO EMERGENCIAL

ATACADÃO FARMACÊUTICO

CNPJ: 01.593.198/0001-27

Condição Pagto: 30 DIAS

Prazo Entrega: IMEDIATO - Data da Proposta: 20/03/2020

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	PREÇO TOTAL
1	<p>VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS. Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen.</p> <p>Características Mínimas:</p> <p>Modalidades: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CPAP/PSV Modo ILV (Ventilação Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio; Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na Inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal; Inspiração manual eletrônica e sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida: Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0.1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos; Sistema de proteção contra apneia em modos espontâneos (backup); Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador ARO2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p> <p>Parâmetros Ventilatórios: Frequência (rpm) -1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0,01 a 9,90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH2O) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH2O) -5 a 100 PEEP/CPAP (cm H2O) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H2O) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0,01 a 8,10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min) -4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) -OFF, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm H2O) -OFF, 1 a -20 Peso do Paciente (kg) -0,3 a 200, 0 Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0,40 Cúspide (ciclo) -OFF, 5 a 100 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40; Silenciador de alarme (s) -120.</p> <p>Monitorização: MONITOR GRÁFICO de ventilação LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que permita fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 200ps vvp e fix.</p> <p>Monitorização dos volumes: Especificações do Monitor de Ventilação Volume Corrente (ml) -20 a 2600 Volume Minuto (l) -0,1 a 50 Frequência Respiratória (rpm) -1 a 180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH2O) -30 a 120 Pressão Inspiratória de Platô (cmH2O) -30 a 120; pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH2O) -30 a 120 (auto peep); Pressão Inspiratória Média (cmH2O) -30 a 120 Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH2O) -1,00 a 100,00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH2O) -1,00 a 100,00; Resistência das Vias Aéreas (cmH2O/min) -1,0 a 100,0 Tempo Inspiratório (s) -0,01 a 20 Relação IE-6:1 a 1:10 FIO2 (%) -14 a 100 Pressão Intrínseca no Final da Expiração (cmH2O) -30 a 120.</p> <p>Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O) -OFF, 1 a 120 pressão alta (cmH2O) -OFF, 1 a 120 PEEP baixa (cmH2O) -OFF, 1 a 70 PEEP alta (cmH2O) -OFF, 1 a 70 volume minuto alto (l) -OFF, 0,1 a 99,0 volume minuto baixo (l) -OFF, 0,1 a 99,0; frequência baixa (rpm) -OFF, 1 a 200 frequência alta (rpm) -OFF, 1 a 200 FIO2 baixa (%) -OFF, 18 a 100 FIO2 alta (%) -OFF, 18 a 100.</p> <p>Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenadas durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos.</p> <p>acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal); base para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; manguelras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; Indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display.</p> <p>Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos.</p> <p>Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Manguelra-Conforme norma 190535.</p> <p>MARCA: MINDRAY</p>	AQUISIÇÃO	400	R\$ 177.930,00	R\$ 71.172.000,00

TOTAL: R\$ 71.172.000,00

TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: SETENTA E UM MILHÕES CENTO E SETENTA E DOIS MIL REAIS

ATACADÃO FARMACÊUTICO
CNPJ: 01.593.198/0001-27

01.593.198/0001-27

ATACADÃO FARMACÊUTICO COMÉRCIO DE
MATERIAL MÉDICOS HOSPITALAR E
ALIMENTOS LTDA-ME.Estrada dos Bandeirantes, nº 1430 Lj. A Box 3
JACAREPAGUÁ - CEP 22.710-113
RIO DE JANEIRO - RJ

<p>GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO</p>		<p>PROPOSTA COMERCIAL</p>		<p>Jabel</p>	
<p>RAZÃO SOCIAL: JABEL MARKETING E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME CNPJ: 06.321.588/0001-61 Condição Pagto: 30 DIAS Prazo Entrega: IMEDIATO</p>		<p>INSTITUIÇÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PROCESSO: SEI - 080001/005899/2020 COTAÇÃO EMERGENCIAL ENTREGA: COORDENAÇÃO GERAL DE ARAZENAGEM</p>		<p>DATA: 19/03/2020</p>	
<p>VAL PROPOSTA: 30 DIAS BANCO SANTANDER - AG: 1531 - C.C. 130014573</p>					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	PREÇO TOTAL
1	<p>VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS</p> <p>Ciclo do tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontâneo, operação com tela colorida 12 polígonos touch screen</p> <p>Modalidades: VCV, PCV, PCVAV, SIMV, CPAP, PSV, NIV/Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos, Modalidades Neônatais: P-V, SIMV, CPAP, PSV, NIV/Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos, Recurso de Neutratização com fluxo sincronizado na inspiração, Recurso de TSI com fluxo sincronizado no final da expiração, Pausa expiratória para determinação da Auto-PEEP, Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Pico, Tipos de curva: quadrada, descelerada, acelerada e senoidal, Inspiração manual eletrônica e sincronizada, Não necessita de válvulas reguladoras de parede, Tempo de sução, Ajuda da ciclagem da conexão de suporte, Índice de Tidal, P0, 1 (período de occlusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos, Sistema de proteção contra aspersão em modos espontâneos (backflow), Compensação automática da complacência do circuito respiratório, Bateria interna recarregável com autonomia de 120 minutos, Medidor AMCO2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2</p> <p>Parâmetros Ventilatórios: Frequência (ppm): 0,01 a 9,9; Concentração de Oxigênio (%): 21 a 100; Pressão (cm H2O): 0 a 100; Pressão Máxima (cmH2O): 5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH2O): 5 a 100; PEEP/CPAP (cm H2O): 0 a 50; Pressão de Suporte (cm H2O): 0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório): 5 a 80; Pausa inspiratória (%): 0,01 a 8,10; Volume corrente (ml): 20 a 2500; Fluxo (l/min): 4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min): OFF, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm H2O): OFF, 1 a 20; Pico do Paciente (Vg): 0,3 a 200,0; Tempo de Subida (s): OFF, 0,00 a 0,40; Sução (cc): OFF, 5 a 100; Fluxo de base (l/min): OFF, 4 a 40; Silenciador de alarme (s): 120</p> <p>Monitorização: MONITOR GRÁFICO DE VENTILAÇÃO LCD COLORIDO DE 12 POLÍGONOS TOUCHSCREEN que permita fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 2003ms, vti e Vt</p> <p>Monitorização dos volumes: Especificações do Monitor de Ventilação: Volume Corrente (ml): 20 a 2500; Volume Mínimo (l): 0,1 a 50; Frequência Respiratória (ppm): 1 a 180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH2O): 30 a 120; Pressão Inspiratória de Pico (cmH2O): 50 a 120; Pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH2O): 30 a 120 (auto-PEEP); Pressão Inspiratória Média (cmH2O): 30 a 120; Complacência Pulmonar Elástica (ml/cmH2O): 1,00 a 100,00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH2O): 1,00 a 100,00; Resistência das Vias Aéreas (cmH2O/min): 1,0 a 100,0; Tempo Inspiratório (s): 0,00; 1 a 20 Relação I:E 1:1 a 1:10; FIO2 (%): 14 a 100; Pressão Intrínseca no Final da Expiração (cmH2O): 30 a 120</p> <p>Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O): OFF, 1 a 120; pressão alta (cmH2O): OFF, 1 a 70; PEEP alto (cmH2O): OFF, 1 a 70; PEEP baixo (cmH2O): OFF, 1 a 70; volume minuto alto (l): OFF, 0,1 a 99,9; volume minuto baixo (l): OFF, 0,1 a 99,9; frequência baixa (ppm): OFF, 1 a 200; frequência alta (ppm): OFF, 1 a 200; FIO2 baixa (%): OFF, 18 a 100; FIO2 alta (%): OFF, 18 a 100;</p> <p>Outras funções: Onda temporizada de oxigênio, possibilidade de malhação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 3 segundos, tardecências armazenadas durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, sensores de alarme até 120 segundos</p> <p>acessórios: 03 circuitos em silicone autoclaváveis para cada de paciente (peito / pediatras) e 02 circuitos em silicone autoclaváveis para os pacientes de neonatal, base para ventilador pulmonar com rodízios, trava braço articulada para o circuito de paciente, mangueiras de alimentação de oxigênio, cabo de alimentação elétrica, indicador de horas de utilização, demais acessórios pertencentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente, umificador aquecido com display</p> <p>Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos</p> <p>Conforme norma NBR 12189/2003 Eletroeletrônica / Mangueira-Conforme norma 150558</p> <p>MARCA: MINDRAT</p>	RS	300	RS 54.800.000,00	
	LOCAÇÃO	RS	300	RS 13.800,00	RS 4.080.000,00
				TOTAL:	RS 59.010.000,00

TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: CINQUENTA E NOVE MILHÕES E OITO CENTOS E OITO MIL REAIS.

CARLOS EDUARDO MELLO SILVA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

Coordenação de Qualificação de Materiais / SES

Trata-se de processo para aquisição e locação de **VENTILADOR PULMONAR**. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), conforme 3844597, bem como a autorização de prosseguimento do Subsecretário Executivo, 3807368, 3855045.

Nesse sentido, e considerando a necessidade de dar prosseguimento ao mesmo, em caráter emergencial, remetemos o mesmo para avaliação e validação das propostas recebidas, conforme 3855069, 3855072, 3855073.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 21/03/2020, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3855076** e o código CRC **B67F6E9A**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3855076

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES

Trata-se da solicitação de aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares e 300 (trezentos) ventiladores para locação, em atendimento ao processo SEI-080001/005899/2020. Conforme despacho (3765695) encaminhada pela Subsecretaria Executiva.

Considerando o despacho (3855076).

Considerando as propostas apresentadas em anexo 3855069, 3855072 e 3855073, que apresentam descritivo do item ventilador pulmonar conforme o descritivo apresentado em termo de referência.

Considerando às análises dos descritivos das propostas 3855069, 3855072 e 3855073.

Temos a informar que:

Inicialmente atende ao descritivo solicitado em termo de referência.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 21 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 21/03/2020, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3855215** e o código CRC **A09D11A1**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3855215

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Processo Finalizado com Sucesso.



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/005899/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 21/03/2020 13:50:43

Criador: DERLAN DIAS MAIA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: **Compra Finalizada**

Valor Total do Processo: 67.920.000,00

Pesquisa de Mercado: 02193/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Justificativa da Aprovação: Classificação com base n Orçamento Anul de 2020.

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Comba

Objeto do Processo: Trata-se da solicitação de aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares.

Razão do Pedido: Atender as necessidades da SES.

Enquadramento Legal: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus



Requisição - PAM 0033/2020

Item

VI. Cotado

VI.Ref.

Metodologia Cálculo

1 - VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: MONITOR GRÁFICO DE VENTILAÇÃO LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN QUE PERMITA FÁCIL ACESSO AOS PARÂMETROS, MONITORIZAÇÃO GRÁFICA SIMULTÂNEA DE PRESSÃO X TEMPO, VOLUME X TEMPO, FLUXO X TEMPO E 2L00PS VXP E FXV, ALARME: FALTA DE ENERGIA / PRESSÃO BAIXA E ALTA / PEEP BAIXO E ALTA / VOLUME BAIXO E ALTO / FIO2 BAIXA E ALTA - OBSTRUÇÃO, DESCONEXÃO, BATERIA E APNEIA, MODOS VENTILATORIOS: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV, VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA COM COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTOS; NEONATAIS-PLV, SIMV/P, BIPV, CPAP/PSV MODO ILV, PRESSÃO INSPIRATORIA: 30 a 120 cmH2O, FLUXO: 4 a 180 L/min, VOLUME CORRENTE: 20 a 2500 ml, TEMPO INSPIRAÇÃO: 0,01 a 9,90 SEGUNDOS, PRESSÃO ALIMENTAÇÃO: 280 a 1035 kPa, TENSÃO: BIVOLT, ACESSÓRIOS: 03 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA CADA PACIENTE (ADULTO / PEDIÁTRICO) E 02 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA OS PACIENTES (NEONATAL), TRAVA BRAÇO ARTICULADO E INDICADOR DE HORAS DE UTILIZAÇÃO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE

R\$ 169800,0000
(Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)

Pesquisa de Mercado

Código do Item: 6518.073.0048 (ID - 162361)

Complemento do Item

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA(16.599.555/0001-31)

Justificativa: Menor valor.

Local de Entrega:

1 - Conforme processo.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↗

Pesquisa de Mercado ↗

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador

● Pendente

● Aprovado

● Rejeitado

● P/aprovação

(0) BERENICE LEITE DE SOUZA



CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0460.1094ED4490.52.04Fonte100

2020 - R\$ 67.920.000,00



Retornar



Imprimir



Reabrir (



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES.

Despesa: Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares e 300 (trezentos) ventiladores para locação, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, Emergencial - Dispensa de Licitação, solicitação da Subsecretaria Executiva.

Valor: R\$ 67.920.000,00

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0460.1094 – ED 4490.52.04 – Fonte 100

Rio de Janeiro, de março de 2020.

Rosângela Ayres de Souza
Coordenação de Execução Orçamentária
ID: 1755584-1



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 21/03/2020, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3855288** e o código CRC **EFFD1D73**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3855288

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Pag. 3/8



Importação e exportação de medicamentos de drogas de uso humano, produtos de perfumaria, odontológicos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, alimentício, farma-químicos, alopáticos.

CLÁUSULA SEGUNDA : Face as alterações acima introduzidas, fica o contrato social consolidado, passando a reger-se única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes:

CONTRATO CONSOLIDADO

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

CNPJ: 16.599.555/0001-31

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A empresa girará sob o nome empresarial de **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com sede nesta cidade, na Rua Belizário Pena, 491 - Penha - rio de Janeiro/RJ, CEP: 21020-010, podendo abrir e fechar filiais sucursais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional, ficando eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para questões atinentes ao presente contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO SOCIAL

A EIRELI tem como:

Objeto social da matriz:

- 7490-1/04 - Atividade de intermediação e agenciamento de serviço e negócio;
- 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso;
- 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar;
- 4649-4/04 - Comércio de móveis e artigos de colchoaria;
- 1099-6/99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

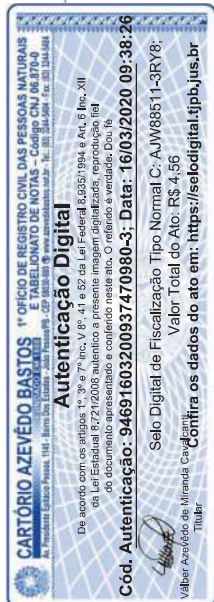
NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3C0A75826

Para validar o documento acesse <http://www.jucefria.org.br/servicos/autenticacao> ou <https://selodigital.tjpb.jus.br>





4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
4649-4/09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado.

Importação e exportação de medicamentos de drogas de uso humano, produtos de perfumaria, odontológicos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, alimentício, farma-químicos, alopáticos.

Objeto social da filial:

7490-1/04 - Atividade de intermediação e agenciamento de serviço e negócio;
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

A empresa vigorará por prazo indeterminado (art. 997, II, do nCC).

CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DA TITULAR

O Capital Social será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), distribuído em 200.000 (duzentas mil) quotas, indivisíveis, no valor nominal de R\$10,00 (dez reais) cada, totalmente integralizadas e realizadas em moeda corrente do país neste ato. (arts. 997, III, e 1.055 do nCC.)

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas cotas, mas o mesmo responde solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052 do nCC).

Parágrafo Segundo – O Titular não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme permite o art. 1.054 combinado com o art. 997 do nCC.

Parágrafo Terceiro – O Titular declara que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA QUINTA: DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pela Titular **CINTHYA SILVA NEUMANN**, ficando desobrigada de prestar caução, cabendo ao mesmo, isoladamente, representá-la em juízo, ou fora dele, perante órgãos, poderes e repartições federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e para estatais de qualquer natureza, estabelecimento

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

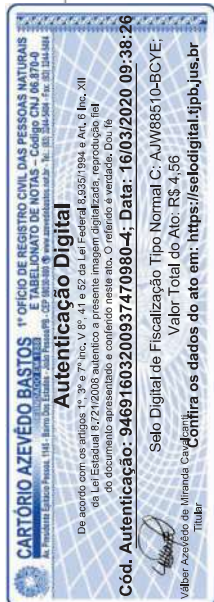
NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3C0A75826

Para validar o documento acesse <http://www.jucefria.org.br/servicos/validacao> ou <http://www.jucefria.org.br/servicos/validacao>





de crédito e bancário e tudo mais concernente à sociedade (arts. 997, VI, e 1.064 do nCC).

CLÁUSULA SEXTA : DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DO TITULAR

A Titular **CINTHYA SILVA NEUMANN** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa por lei especial ou em virtude de condenação criminal, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão ou peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, do nCC).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RETIRADA PRO-LABORE

O Titular poderá fazer retirada mensal ou não, a título de *pró-labore*, que será fixada em comum acordo, respeitada a situação financeira da empresa e a legislação vigente do imposto de renda.

CLÁUSULA OITAVA: DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, no último dia útil do ano, cujos resultados serão distribuídos ou suportados pela Titular, podendo ainda, tais resultados ser transferidos para a conta de Reservas ou de Prejuízos, conforme o caso, para o exercício seguinte (art. 1.065 do nCC).

Parágrafo Único – O Titular deliberará sobre o balanço patrimonial e sobre as contas, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social.

CLÁUSULA NONA: DO FALECIMENTO DE SÓCIO

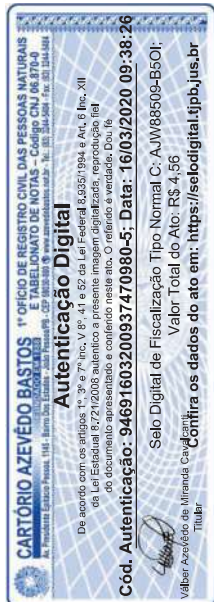
Falecendo o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

No caso de liquidação, dissolução ou falência será levantado, na data do evento, balanço patrimonial especial, para apuração dos haveres da Titular.

Parágrafo Único – O pagamento dos haveres apurados no balanço patrimonial especial, até a data do evento, será feito em moeda corrente, em dez (10) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela trinta (30) dias após a data do levantamento do balanço patrimonial especial (art. 1.031 do nCC).

1



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na vigência do presente contrato serão dirimidos na forma da legislação aplicável e, em especial, segundo as disposições contidas na Lei 10.406, de 10/01/2002, ficando eleito pelas partes contratantes o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, para que nele sejam dirimidas quaisquer dúvidas e divergências atinentes ao presente instrumento, na vigência da sociedade.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020.

[Redacted signature]
[Redacted name]
CINTHYA SILVA NEUMANN
[Redacted address]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3COA75826

Para validar o documento acesse <http://www.jucefria.org.br/servicos/validacao/> ou <http://www.jucefria.org.br/servicos/validacao/>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/03/2020 13:41:27 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1485342

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **16/03/2021 09:38:26 (hora local)**.

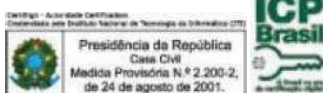
¹**Código de Autenticação Digital:** 94691603200937470980-1 a 94691603200937470980-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc8fc81e91e456ea53e137395e6b28f9b31d755628a7ce3dddf02cdf5e17eb9ce82d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689d63b5df224d72a34ca793f2d5aa2e78fc





	CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5404
Autenticação Digital	
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé	
Cód. Autenticação: 94690309191015560224-1; Data: 03/09/2019 10:17:37	
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA96786-MK5P; Valor Total do Ato: R\$ 4,42	
 Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti Titular	Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO
PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/09/2019 10:37:11 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1339288

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **03/09/2020 10:17:38 (hora local)**.

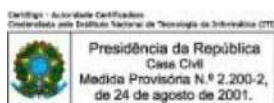
¹**Código de Autenticação Digital:** 94690309191015560224-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bbe6d392ccb896f9da77c6b6c4f7035c5ccf4c8c0406ab8ecaba880fbe7d2380082d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689d06e22d6106d876204f064c3100260662





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.599.555/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/07/2012
NOME EMPRESARIAL ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OUR COMPANY	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Dispensada *) 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (Dispensada *) 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R BELIZARIO PENA	NÚMERO 00491	COMPLEMENTO *****
CEP 21.020-010	BAIRRO/DISTRITO PENHA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
UF RJ	ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@OURCOMPANY.COM.BR	
TELEFONE (21) 2426-6037		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/03/2020** às **09:12:20** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

16.599.555/0001-31

Inscrição Estadual

86.966.808

Data da concessão da inscrição

20/07/2015

Nome empresarial

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA Belisário Pena, 00491 PENHA - RIO DE JANEIRO RJ 21.020-010

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

20/07/2015

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

74.90-1/04 - ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS

Secundárias

46.19-2/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO

46.37-1/99 - COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

46.44-3/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

46.45-1/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS

46.45-1/03 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS

46.46-0/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA

46.46-0/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

46.49-4/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA

46.49-4/08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

46.49-4/09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA

46.64-8/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-

Unidade de cadastro

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Unidade de fiscalização

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2018. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 05/03/2020 10:27:00.

Código de autenticidade: 86966808043367226.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

16.599.555/0001-31

Inscrição Estadual

86.966.808

Data da concessão da inscrição

20/07/2015

Nome empresarial

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA Belisário Pena, 00491 PENHA - RIO DE JANEIRO RJ 21.020-010

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

20/07/2015

MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS

49.30-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Unidade de cadastro

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Unidade de fiscalização

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2018. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 05/03/2020 10:27:00.

Código de autenticidade: 86966808043367226.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 03-2020/533805

Código de verificação de autenticidade: 317d72b0fb8d3863fe8bf41843430a3b

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 16.599.555/0001-31	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 10/03/2020 ÀS 14:39:11</p> <p>VÁLIDA ATÉ: 09/04/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **17845/2020**, que no período de **1977 até 06/02/2020 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI**

CNPJ: **16.599.555/0001-31** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **86.96680.8**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **TWLX.5140.501F.8451**

Esta certidão tem validade até **08/08/2020**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **10/02/2020 às 08:09:03.4**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 23/03/2020 às 11:01:38,3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 16.599.555/0001-31

Razão

ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Social:

Endereço:

R BELISARIO PENA 491 / PENHA / RIO DE JANEIRO / RJ / 21020-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/03/2020 a 19/04/2020

Certificação Número: 2020032105433841166132

Informação obtida em 23/03/2020 10:51:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 16.599.555/0001-31

Certidão nº: 7068852/2020

Expedição: 23/03/2020, às 10:52:52

Validade: 18/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.599.555/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 20/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

16.599.555/0001-31

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 20/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.9SPU.IQND.RK1U.MZ06.7XYO**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO 4737714527
ÓRGÃO F/SUBTF/CIS-3
CONTROLE 56147/2019

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
RUA BELIZARIO PENA 000491
PENHA RIO DE JANEIRO 21020-010 RJ

CNPJ

16.599.555/0001-31

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.630.854-6

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

HORA: 14:07:54

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda, na internet, no endereço (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/11/2019 17:17:20 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1400086

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **25/11/2020 17:14:36 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 94692511191709580121-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b47b7823c8c705a4cb33a3cebf8b757c5e39962e35a50b6d5715f7be9ac1d3c0e82d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689daa00c5a899e9edc08e2401235149a4bd



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.599.555/0001-31
Razão Social: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
Nome Fantasia: OUR COMPANY
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/04/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/04/2020
FGTS	Validade:	30/03/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	26/07/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/02/2020 (*)
Receita Municipal	Validade:	03/03/2020 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Emitido em: 23/03/2020 10:34

CPF: 148.347.887-41 Nome: MONIQUE WILLEMANN PECANHA DE ARAUJO

Ass: _____

1 de 1



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/005899/2020

EMPRESA: ARC

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL			
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.	X		17/4/2020
3 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		9/4/2020
4 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.	X		8/8/2020
5 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)	X		24/5/2020
6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		19/4/2020
7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		18/9/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.	X		19/4/2020

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO			
Dados Banco Bradesco	X		
SICAF	X		

Documentos recebidos em

Documentos conferidos em

Assinatura

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 16599555000131

LIMPAR

Data da consulta: 23/03/2020 10:31:21
Data da última atualização: 21/03/2020 10:15:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado					

[Requisição](#) | [SRP&BP](#) | [Licit&Disp](#) | [Licit & Disp Presencial](#) | [Compra Direta](#) | [Contratação](#) | [Cadastro](#) | [Gestão](#) | [Almox](#)

Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: THAÍS DE OLIVEIRA MARQUES

[Início](#) [Help](#) [Suporte](#) [Encerrar](#)[▶ Contratação](#) [▶ Registro de Ocorrências](#) [▶ Registro de Ocorrências dos Fornecedores](#)[▶ Lista de Empresas Fornecedoras](#)

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (16.599.555/0001-31)

 [Consultar](#)[▶ Status do Fornecedor: Credenciado](#)**Não existe histórico de Registro de Ocorrências para esta empresa.**

Contratação 2020001633 (Ativo)



Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo de Aquisição: Compra Direta / Outras Compras

Número da Aquisição: SEI-080001/005899/2020

Tipo de Contratação: Serviço

Número da Contratação: FES 2020

Data de Vigência: 21/03/2020 a 31/12/2020

Gestores Responsáveis: ADRIANA NERY DA SILVA
ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ
ALESSANDRA MILÃO PEREIRA DA SILVA
ALEXANDRE FONSECA DE AZEVEDO
ERICA DANIELE DA SILVA
LILIAN CAMPOS
MELISSA REIS RIBEIRO
Monique Willeman Peçanha de Araujo
RUAN GUIMARÃES BARROS
THAÍS DE OLIVEIRA MARQUES
VINICIUS GUIMARÃES DE PAIVA

Empresa Contratada:

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 16.599.555/0001-31

RUA BELIZÁRIO PENA, 491, -, PENHARIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro

CEP: 21020-010

Situação: Ativo

OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/005899/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	21/03/2020		Compra Finalizada

ITENS

MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS - EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS

MEDICOS-HOSPITALARES - VENTILADOR PULMONAR

VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: MONITOR GRÁFICO DE VENTILAÇÃO LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN QUE PERMITA FÁCIL ACESSO AOS PARÂMETROS, MONITORIZAÇÃO GRÁFICA SIMULTÂNEA DE PRESSÃO X TEMPO, VOLUME X TEMPO, FLUXO X TEMPO E 2L00PS VXP E FXV, ALARME: FALTA DE ENERGIA / PRESSÃO BAIXA E ALTA / PEEP BAIXO E ALTA / VOLUME BAIXO E ALTO / FIO2 BAIXA E ALTA - OBSTRUÇÃO, DESCONEXÃO, BATERIA E APNEIA, MODOS VENTILATORIOS: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV, VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA COM COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTOS; NEONATAIS-PLV, SIMV/P, BIPV, CPAP/PSV MODO ILV, PRESSAO INSPIRATORIA: 30 a 120 cmH2O, FLUXO: 4 a 180 L/min, VOLUME CORRENTE: 20 a 2500 ml, TEMPO INSPIRACAO: 0,01 a 9,90 SEGUNDOS, PRESSAO ALIMENTACAO: 280 a 1035 kPa, TENSÃO: BIVOLT, ACESSORIOS: 03 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA CADA PACIENTE (ADULTO / PEDIÁTRICO) E 02 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA OS PACIENTES (NEONATAL), TRAVA BRAÇO ARTICULADO E INDICADOR DE HORAS DE UTILIZAÇÃO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE

Código do Item: 6518.073.0048 (ID - 162361)

Código do Item: 0010.070.010 (R 101001)						
Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa		Sub-elemento de Despesa		
UN	169.800,000000	44905200		44905204		
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
400	0	400	0	0	400	0 %

PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1

Data: 31/12/2020

Hora: 08:00 até 17:00

Local da Entrega: RUA Dr. Luiz Palmier, 762 - Barreto, Niterói - RJ, 24110-310.


Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: MONITOR GRÁFICO DE VENTILAÇÃO LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN QUE PERMITA FÁCIL ACESSO AOS PARÂMETROS, MONITORIZAÇÃO GRÁFICA SIMULTÂNEA DE PRESSÃO X TEMPO, VOLUME X TEMPO, FLUXO X TEMPO E 2L00PS VXP E FXV, ALARME: FALTA DE ENERGIA / PRESSÃO BAIXA E ALTA / PEEP BAIXO E ALTA / VOLUME BAIXO E ALTO / FIO2 BAIXA E ALTA - OBSTRUÇÃO, DESCONEXÃO, BATERIA E APNEIA, MODOS VENTILATORIOS: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV, VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA COM COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTOS; NEONATAIS-PLV, SIMV/P, BIPV, CPAP/PSV MODO ILV, PRESSAO INSPIRATORIA: 30 a 120 cmH2O, FLUXO: 4 a 180 L/min, VOLUME CORRENTE: 20 a 2500 ml, TEMPO INSPIRACAO: 0,01 a 9,90 SEGUNDOS, PRESSAO ALIMENTACAO: 280 a 1035 kPa, TENSÃO: BIVOLT, ACESSORIOS: 03 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA CADA PACIENTE (ADULTO / PEDIÁTRICO) E 02 CIRCUITOS EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL PARA OS PACIENTES (NEONATAL), TRAVA BRAÇO	400	Não recebido	

ARTICULADO E INDICADOR DE HORAS DE UTILIZAÇÃO, FORMA
FORNECIMENTO: UNIDADE
Código do Item: 6518.073.0048 (ID - 162361)

PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Chave SIGA	Empenho	Liquidações	Pagamentos	Data de Emissão	Usuário Emissor	Situação	Consistência
20200016330001-50	Não possui	Não possui	Não possui	21/03/2020	LUCIANA SILVA IÓRIO	Em Elaboração	

TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapas	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	21/03/2020	GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	 Pendente	 Aprovado	 Rejeitado	 P/Aprovação	Data/Hora
(0) GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS					21/03/2020 14:37



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças / SES

Trata-se do presente processo **EMERGENCIAL** que tem por objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, cuja empresa vencedora foi **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, referente ao item 01, pelo valor de R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões novecentos e vinte mil reais), com o prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

Encaminhamos o presente, após contratação no SIGA.

Outrossim, solicitamos posterior retorno dos autos a esta Coordenação para providências quanto à finalização da formalização do contrato nº 014/2020.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 23/03/2020, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3864557** e o código CRC **F5B25204**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3864557

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/005.899/2020	
02-Data 12/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001633000150

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1-Empenhamento da Despesa (400091) 2-Reforço de Empenho (400092) 1 3-Anulação do empenho (400093) 4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094) 5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06-Categoria de gastos 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Enc. Dívida Interna 5 3-Juros e Enc. Dívida Externa 4-Despesas Correntes 5-Investimentos	6-Inversões Financeiras 7-Amort. Dívida Interna 8-Amort. Dívida Externa 9-Out.Desp.Cap.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08-Unidade Orçamentária. 2961	09-Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11-Unidade Orçamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0460.1094	13-P.t.resumido 291094	14-Fonte detalhada 00	15-Nat. despesa 44905204
16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 237	Agência 6898-5	Conta corrente 2720-0

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome ARC FONTOURA IND. COM. E REPRESENT. EIRELI			
19-Endereço RUA BELIZÁRIO PENA, 491 PENHA		20-Domicílio bancário Banco 237	
21-Cidade RIO DE JANEIRO		22-Estado RJ	23-CEP 21020010
24-Código 1 1 - CNPJ 3 - INSCR.GENÉRICA 2 - CPF 4 - UG/GESTÃO	25-Número 16.599.555/0001-31	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 59.417.694,36
30-Valor por extenso CINQUENTA E NOVE MILHOES, QUATROCENTOS E DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS	
31-Descrição da despesa CONTRATO: 014//2020 - AQUISIÇÃO DE 400 (QUATROCENTOS) VENTILADORES PULMONARES, PARA REALIZAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, COM BASE NA LEIº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020, EMERGENCIAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO, VIGENCIA 180 DIAS SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA.	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Marco	59.417.694,36	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	0,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 5 0-Pregão Presencial 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Reg.Preço Int Pregão 11-Ad.Reg.Preço Int Concorrência	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36-Base legal ARTIGO 24 INCISO IV LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSION CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38-Ato de delegação	39-Matricula 049954	40-Data
41-ORDENADOR GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43-Matricula 5010163-3	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/005.899/2020	
02-Data 12/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001611000240

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1-Empenhamento da Despesa (400091) 2-Reforço de Empenho (400092) 3-Anulação do empenho (400093) 4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094) 5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097) 1	06-Categoria de gastos 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Enc. Dívida Interna 3-Juros e Enc. Dívida Externa 4-Despesas Correntes 5-Investimentos 5	6-Inversões Financeiras 7-Amort. Dívida Interna 8-Amort. Dívida Externa 9-Out.Desp.Cap.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08-Unidade Orçamentária. 2961	09-Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11-Unidade Orçamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0460.1094	13-P.T.resumido 291094	14-Fonte detalhada 25	15-Nat. despesa 44905204
16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 104	Agência 0199	Conta corrente 00625019-2

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome ARC FONTOURA IND. COM. E REPRESENT. EIRELI			
19-Endereço RUA BELIZÁRIO PENA, 491 PENHA		20-Domicílio bancário Banco 237	Agência 0952
21-Cidade RIO DE JANEIRO		22-Estado RJ	23-CEP 21020010
24-Código 1 1 - CNPJ 3 - INSCR.GENÉRICA 2 - CPF 4 - UG/GESTÃO	25-Número 16.599.555/0001-31	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 8.502.305,64
30-Valor por extenso OITO MILHOES, QUINHENTOS E DOIS MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS	
31-Descrição da despesa CONTRATO 014/2020 - AQUISIÇÃO DE 400 (QUATROCENTOS) VENTILADORES PULMONARES, PARA REALIZAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, COM BASE NA LEI Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020, EMERGENCIAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO, SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA. VIGENCIA 180 DIAS COMPLEMENTO DA NAD 0150 C/C 00625019-2	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	8.502.305,64	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	0,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 5 0-Pregão Presencial 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Reg.Preço Int Pregão 11-Ad.Reg.Preço Int Concorrência	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36-Base legal ARTIGO 24 INCISO IV LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSION CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38-Ato de delegação	39-Matricula 049954	40-Data
41-ORDENADOR GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43-Matricula 5010163-3	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



Documento assinado eletronicamente por **Gabrieli Carvalho Neves Franco dos Santos**,
Subsecretário, em 24/03/2020, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento
nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador
3872281 e o código CRC **996D0528**.



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
296100 - FES	2020NE01985	23/03/20
Credor	Valor	
16599555000131 - ARC FONTOURA INDUSTRIA E COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	8.502.305,64 (Oito milhões e quinhentos e dois mil e trezentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação	
Natureza	449052 - Equipamentos e Material Permanente
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde F
Programa de trabalho	10.302. 0460. 1094 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	225 - Sistema Único de Saúde- SUS
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	00000000000 - Plano Interno nao identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	20000479 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PACIENTE COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	2020001633000240

Detalhamento	
Modalidade do empenho	Estimativo
Origem de Material	1 - Origem nacional
Processo	SEI-080001/005899/20
Modalidade de Licitação	05 - Dispensa
Data de Entrega	
UF	Rio de Janeiro
Embasamento Legal	Lei nº 8.666/1993, Art. 24, Inciso
Local de Entrega	
Município	Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Bens Móveis - Equipamentos e Material Permanente	04 - APARELHOS E UTENSILIOS MEDICO-ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR		8.502.305,64

Cronograma	
Março	8.502.305,64

Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
9.453.846,15	0,00	0,00	951.540,51

Observação	
CONTRATO 014/2020 - Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, Emergencial - Dispensa de Licitação, solicitação da Subsecretaria Executiva. VIGENCIA 180 DIAS COMPLEMENTO DA NAD 0150 C/c 00625019-2	

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
ventiladores pulmonares	1	UN	8.502.305,64	8.502.305,64
Descrição: CONTRATO 014/2020 - Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, Emergencial - Dispensa de Licitação, solicitação da Subsecretaria Executiva. VIGENCIA 180 DIAS COMPLEMENTO DA NAD 0150 C/c 00625019-2.				



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
296100 - FES	2020NE01986	21/03/20
Credor	Valor	
16599555000131 - ARC FONTOURA INDUSTRIA E COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	59.417.694,36 (Cinquenta e nove milhões e quatrocentos e dezessete mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação	
Natureza	449052 - Equipamentos e Material Permanente
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde F
Programa de trabalho	10.302. 0460. 1094 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	100 - Ordinários Provenientes de Impostos
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	3 - REGIÃO DO ESTADO
Área Geográfica	3301000 - METROPOLITANA
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno nao identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	20000479 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PACIENTE COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	2020001633000150

Detalhamento					
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal	ART. 24 INC. IV
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega	
Processo	SEI-080001/005899/20	UF	Rio de Janeiro	Município	Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Bens Móveis - Equipamentos e Material Permanente	04 - APARELHOS E UTENSILIOS MEDICO-ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR		59.417.694,36

Cronograma			
Março	59.417.694,36		

Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
59.417.694,36	0,00	0,00	0,00

Observação	
CONTRATO: 014//2020 -Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, Emergencial - Dispensa de Licitação, VIGENCIA 180 DIAS solicitação da Subsecretaria Executiva.	

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
ventiladores pulmonares	1	UN	59.417.694,36	59.417.694,36
Descrição: CONTRATO: 014//2020 -Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, Emergencial - Dispensa de Licitação, VIGENCIA 180 DIAS solicitação da Subsecretaria Executiva.				



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/SES.

C/v: À Coordenação de Contratos

Após a emissão da NAD nº 0240 e 0150 e Nota de Empenho nº 2020NE 01986 e 01985 , informamos.

Despesa: Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, **TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020**, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, **Emergencial - Dispensa de Licitação, solicitação da Subsecretaria Executiva.** C/c 00625019-2

Empresa: ACR Fontoura (Contratação: 2020001633)

Valor: R\$ 67.920.000,00

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0460.1094 – ED 4490.52.04 – Fonte 100 = R\$ 59.417.694,36

PT: 2961.10.302.0460.1094 – ED 4490.52.04 – Fonte 225 = R\$ 8.502.305,64 . C/c 00625019-2

Rio de Janeiro, de março de 2020.

Rosângela Ayres de Souza
Coordenação de Execução Orçamentária
ID: 1755584-1



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 23/03/2020, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3873745** e o código CRC **0D90F093**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3873745

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À COORDENAÇÃO DE CONTRATOS/SES

Autorizo a despesa descrita na NAD nº 2020001633000150 e 2020001611000240, documento nº 3872281, referente ao Aquisição de 400 (quatrocentos) ventiladores pulmonares, para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, **TERMO DE REFERÊNCIA - 38/2020**, com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, **Emergencial - Dispensa de Licitação, solicitação da Subsecretaria Executiva**. C/c 00625019-2.

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 24/03/2020, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3879828** e o código CRC **1FDF327E**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 3879828

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL	
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31	
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 - PENHA - RIO DE JANEIRO - CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085	
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI - 080001/005899/2020	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS.</p> <p>Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen.</p> <p>Características Mínimas:</p> <p>Modalidades: VCV, PCV, PCV/A/V, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CpAp/PSV Modo ILV (Ventilação Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio;</p> <p>Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal ; Inspiração manual eletrônica e</p>	AQUISIÇÃO	400	R\$ 169.800,00	R\$ 67.920.000,00



AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL	
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31	
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085	
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020	

<p>sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0. 1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos ; Sistema de proteção contra apnéia em modos espontâneos (backup) ; Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p>				
<p>Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) - 1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH2O) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH2O) - 5 a 100 PEEP/CPAP (cm H2O) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H2O) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min) -4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm</p>				



AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020

<p>sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0.1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos ; Sistema de proteção contra apnéia em modos espontâneos (backup) ; Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p>				
<p>Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) -1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH2O) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH2O) -5 a 100 PEEP/CPAP (cm H2O) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H2O) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min) -4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm</p>				



MATRIZ: Rua Belizário Pena, 491 - Penha - Rio de Janeiro - CEP: 21.020-010

FILIAL: Estrada RJ-127 S/N - Lote 11 - Complexo Industrial de Paracambi - Paracambi - CEP: 26.660-000



+55 (21) 2426-6037
+55 (21) 2430-7085

AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 - PENHA - RIO DE JANEIRO - CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI - 080001/005899/2020

<p>H2O)-OFF,-1 a-20 Peso do Paciente (kg)-0, 3 a 200, 0 Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0, 40 Suspiro (ciclo)- OFF, 5 a 100 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40; Silenciador de alarme (s) -120. Monitorização: MONITOR GRAFICO de ventilação LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que permite fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 2100ps vxp e fvx. Monitorização dos valores. Especificações do Monitor de Ventilação Volume Corrente (ml)-20 a 2600 Volume Minuto (l)-0,1 a 50 Frequência Respiratória (rpm) -1 a 180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH2O)-30 a 120 Pressão Inspiratória de Platô (cmH2O)-30 a 120; pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH2O) -30 a 120 (auto peep) ; Pressão inspiratória Média (cmH2O)-30 a 120 Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH2O)-1, 00 a 100, 00; Resistência das Vias Aéreas (cm/H2O/min)-1, 0 a 100, 0 Tempo Inspiratório (s)-00, 1 a 20 Relação I:E-6:1 a 1:10 FIO2 (%)-14 a 100 Pressão Intrínseca no Final da</p>				
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--



AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL	
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31	
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 – PENHA – RIO DE JANEIRO – CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085	
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI – 080001/005899/2020	

Expiração (cmH2O)-30 a 120. Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH2O)-OFF, 1 a 120 pressão alta (cmH2O)-OFF, 1 a 120 PEEP baixo (cmH2O)-OFF, 1 a 70 PEEP alto (cmH2O)-OFF, 1 a 70 volume minuto alto (l)-OFF, 0, 1 a 99, 0 volume minuto baixo (l)-OFF, 0,1 a 99,0; frequência baixa (rpm)-OFF, 1 a 200 frequência alta (rpm)-OFF, 1 a 200 FiO2 baixa (%)-OFF, 18 a 100 FiO2 alta (%)-OFF, 18 a 100. Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenada durante 24hs dos parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos. acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal; base				
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--



MATRIZ: Rua Belizário Pena, 491 - Penha - Rio de Janeiro - CEP: 21.020-010

FILIAL: Estrada RJ-127 S/N - Lote 11 - Complexo Industrial de Paracambi - Paracambi - CEP: 26.660-000



+55 (21) 2426 6037
+55 (21) 2430-7085

AO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE		COTAÇÃO - EMERGENCIAL
Razão Social: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI		CNPJ: 16.599.555/0001-31
Endereço: RUA BELIZÁRIO PENA, 491 - PENHA - RIO DE JANEIRO - CEP: 21.020-010.		Fax: (21) 2426-6037 / 2430-7085
Banco: BRADESCO	Agência: 0952 C.C: 10539-2	TERMO DE REFERÊNCIA 38/2020 SEI - 080001/005899/2020

para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; mangueiras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display. Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos. Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Mangueira-Conforme norma ISO535.				
MARCA: LIFEMED MARCA: CMOS DRAKE MARCA: ALLIA				
VALOR TOTAL R\$ 67.920.000,00 (SESSENTA E SETE MILHÕES NOVECENTOS E VINTE MIL REAIS)				
PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO, CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO TERMO DO CONTRATO.				





ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ: 16.599.555/0001-31

CINTHYA SILVA NEUMANN, [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
titular da Empresa Individual de Responsabilidade limitada denominada
ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI,
inscrita no CNPJ sob o nº 16.599.555/0001-31, com atos constitutivos
arquivados na Jucerja sob o nº 3360091339-0, por de despacho de
03/10/20219 e posterior alteração, **RESOLVE** na melhor forma do direito,
alterar o seu Contrato social mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado objeto social da matriz que passa a ser:

Objeto social da matriz:

- 7490-1/04 - Atividade de intermediação e agenciamento de serviço e negócio;
- 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso;
- 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar;
- 4649-4/04 - Comércio de móveis e artigos de colchoaria;
- 1099-6/99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- 4649-4/09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
- 4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado.

11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3COA75826

Para validar o documento acesse o site: www.jucefja.rj.gov.br/servicos/comunicacao ou informe o nº do protocolo.





Importação e exportação de medicamentos de drogas de uso humano, produtos de perfumaria, odontológicos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, alimentício, farma-químicos, alopáticos.

CLÁUSULA SEGUNDA : Face as alterações acima introduzidas, fica o contrato social consolidado, passando a reger-se única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes:

CONTRATO CONSOLIDADO

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

CNPJ: 16.599.555/0001-31

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A empresa girará sob o nome empresarial de **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com sede nesta cidade, na Rua Belizário Pena, 491 - Penha - rio de Janeiro/RJ, CEP: 21020-010, podendo abrir e fechar filiais sucursais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional, ficando eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para questões atinentes ao presente contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO SOCIAL

A EIRELI tem como:

Objeto social da matriz:

- 7490-1/04 - Atividade de intermediação e agenciamento de serviço e negócio;
- 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso;
- 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar;
- 4649-4/04 - Comércio de móveis e artigos de colchoaria;
- 1099-6/99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

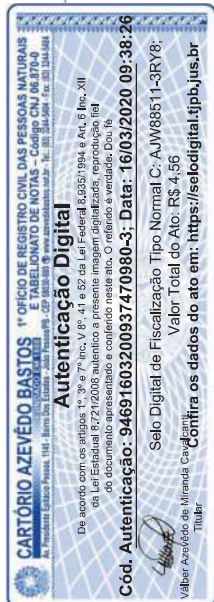
NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3COA75826

Para validar o documento acesse o site: www.jucef-rj.com.br/servicos/consulta_documento ou informe o nº do protocolo. Pag. 4/8





4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
4649-4/09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado.

Importação e exportação de medicamentos de drogas de uso humano, produtos de perfumaria, odontológicos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, alimentício, farma-químicos, alopáticos.

Objeto social da filial:

7490-1/04 - Atividade de intermediação e agenciamento de serviço e negócio;
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

A empresa vigorará por prazo indeterminado (art. 997, II, do nCC).

CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DA TITULAR

O Capital Social será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), distribuído em 200.000 (duzentas mil) quotas, indivisíveis, no valor nominal de R\$10,00 (dez reais) cada, totalmente integralizadas e realizadas em moeda corrente do país neste ato. (arts. 997, III, e 1.055 do nCC.)

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas cotas, mas o mesmo responde solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052 do nCC).

Parágrafo Segundo – O Titular não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme permite o art. 1.054 combinado com o art. 997 do nCC.

Parágrafo Terceiro – O Titular declara que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA QUINTA: DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pela Titular **CINTHYA SILVA NEUMANN**, ficando desobrigada de prestar caução, cabendo ao mesmo, isoladamente, representá-la em juízo, ou fora dele, perante órgãos, poderes e repartições federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e para estatais de qualquer natureza, estabelecimento



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

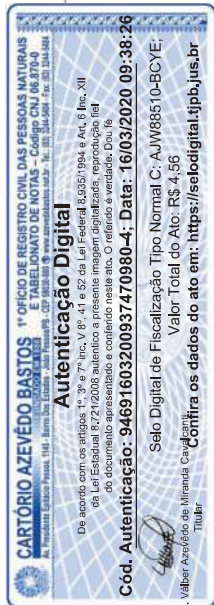
NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3C0A75826

Para validar o documento acesse o site: www.jucefaria.com.br/servicos/consultas/validar ou informe o nº do protocolo.





de crédito e bancário e tudo mais concernente à sociedade (arts. 997, VI, e 1.064 do nCC).

CLÁUSULA SEXTA : DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DO TITULAR

A Titular **CINTHYA SILVA NEUMANN** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa por lei especial ou em virtude de condenação criminal, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão ou peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, do nCC).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RETIRADA PRO-LABORE

O Titular poderá fazer retirada mensal ou não, a título de *pró-labore*, que será fixada em comum acordo, respeitada a situação financeira da empresa e a legislação vigente do imposto de renda.

CLÁUSULA OITAVA: DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, no último dia útil do ano, cujos resultados serão distribuídos ou suportados pela Titular, podendo ainda, tais resultados ser transferidos para a conta de Reservas ou de Prejuízos, conforme o caso, para o exercício seguinte (art. 1.065 do nCC).

Parágrafo Único – O Titular deliberará sobre o balanço patrimonial e sobre as contas, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social.

CLÁUSULA NONA: DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Falecendo o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

No caso de liquidação, dissolução ou falência será levantado, na data do evento, balanço patrimonial especial, para apuração dos haveres da Titular.

Parágrafo Único – O pagamento dos haveres apurados no balanço patrimonial especial, até a data do evento, será feito em moeda corrente, em dez (10) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela trinta (30) dias após a data do levantamento do balanço patrimonial especial (art. 1.031 do nCC).



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

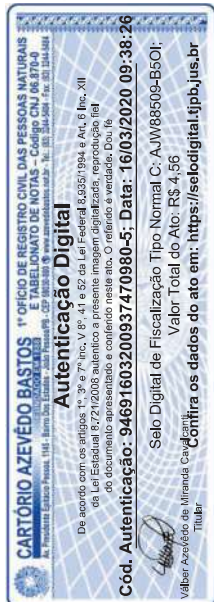
NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3COA75826

Para validar o documento acesse o site: www.jucefja.rj.gov.br/servicos/validacao ou informe o nº do protocolo. Pag. 6/8





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na vigência do presente contrato serão dirimidos na forma da legislação aplicável e, em especial, segundo as disposições contidas na Lei 10.406, de 10/01/2002, ficando eleito pelas partes contratantes o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, para que nele sejam dirimidas quaisquer dúvidas e divergências atinentes ao presente instrumento, na vigência da sociedade.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020.

[Redacted signature]

CINTHYA SILVA NEUMANN

[Redacted text]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

NIRE: 336.0091339-0 Protocolo: 00-2020/040845-3 Data do protocolo: 19/02/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 19/02/2020 SOB O NÚMERO 00003854282 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCE214F8FA76FC6A3E5F75D76D2E222C2BA167B22B0E1A1FD9F740B3COA75826

Para validar o documento acesse o site: <http://www.jucef-rj.com.br/servicos/consulta-digital> Informe o nº do protocolo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/03/2020 13:41:27 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1485342

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **16/03/2021 09:38:26 (hora local)**.

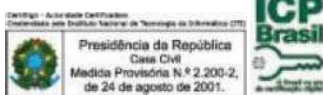
¹**Código de Autenticação Digital:** 94691603200937470980-1 a 94691603200937470980-5

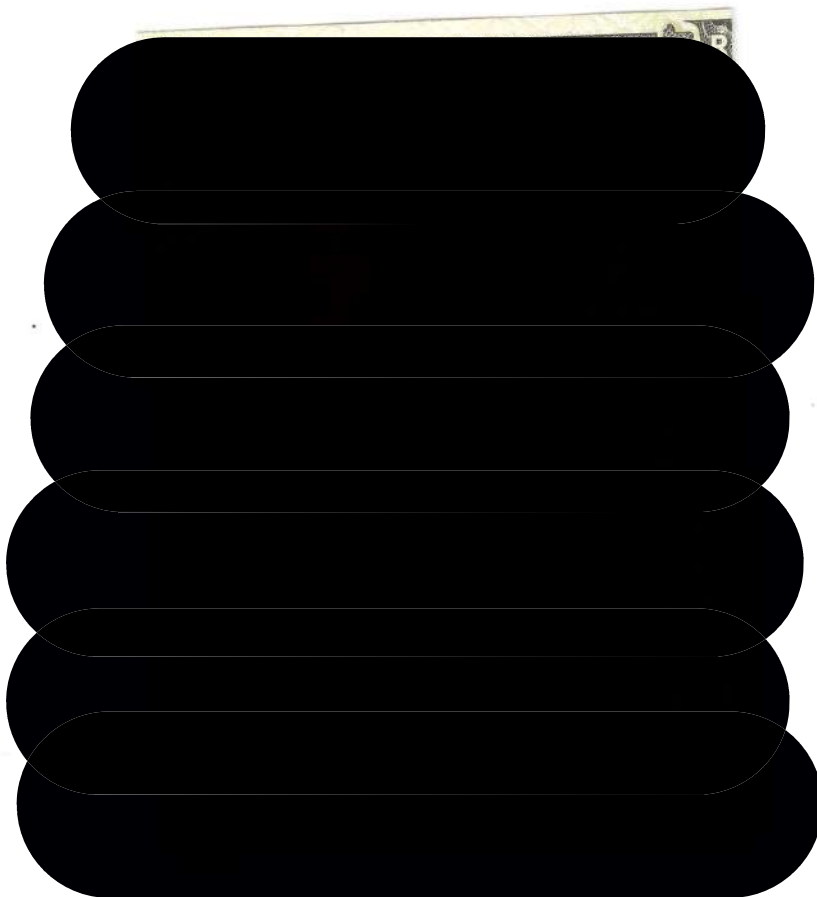
²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc8fc81e91e456ea53e137395e6b28f9b31d755628a7ce3dddf02cdf5e17eb9ce82d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689d63b5df224d72a34ca793f2d5aa2e78fc





CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS <small>Ata Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.tjpb.br - Tel.: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404</small>	1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital	
<small>De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé</small>	
Cód. Autenticação: 94690309191015560224-1; Data: 03/09/2019 10:17:37	
 <small>Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti Titular</small>	Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA96786-MK5P; Valor Total do Ato: R\$ 4,42 Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO
PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/09/2019 10:37:11 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1339288

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **03/09/2020 10:17:38 (hora local)**.

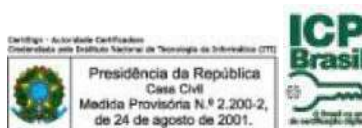
¹**Código de Autenticação Digital:** 94690309191015560224-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bbe6d392ccb896f9da77c6b6c4f7035c5ccf4c8c0406ab8ecaba880fbe7d2380082d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689d06e22d6106d876204f064c3100260662





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.599.555/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/07/2012
NOME EMPRESARIAL ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OUR COMPANY	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Dispensada *) 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (Dispensada *) 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R BELIZARIO PENA	NÚMERO 00491	COMPLEMENTO *****
CEP 21.020-010	BAIRRO/DISTRITO PENHA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
UF RJ	ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@OURCOMPANY.COM.BR	
TELEFONE (21) 2426-6037		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/03/2020** às **09:12:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

16.599.555/0001-31

Inscrição Estadual

86.966.808

Data da concessão da inscrição

20/07/2015

Nome empresarial

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA Belisário Pena, 00491 PENHA - RIO DE JANEIRO RJ 21.020-010

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

20/07/2015

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

74.90-1/04 - ATIVIDADES DE INTERMEDIACÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS

Secundárias

46.19-2/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO

46.37-1/99 - COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

46.44-3/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

46.45-1/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS

46.45-1/03 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS

46.46-0/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA

46.46-0/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

46.49-4/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA

46.49-4/08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

46.49-4/09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA

46.64-8/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-

Unidade de cadastro

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Unidade de fiscalização

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2018. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 05/03/2020 10:27:00.

Código de autenticidade: 86966808043367226.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

16.599.555/0001-31

Inscrição Estadual

86.966.808

Data da concessão da inscrição

20/07/2015

Nome empresarial

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA Belisário Pena, 00491 PENHA - RIO DE JANEIRO RJ 21.020-010

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

20/07/2015

MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS

49.30-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Unidade de cadastro

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Unidade de fiscalização

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2018. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 05/03/2020 10:27:00.

Código de autenticidade: 86966808043367226.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 03-2020/533805

Código de verificação de autenticidade: 317d72b0fb8d3863fe8bf41843430a3b

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 16.599.555/0001-31	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 10/03/2020 ÀS 14:39:11 VÁLIDA ATÉ: 09/04/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **17845/2020**, que no período de **1977 até 06/02/2020 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI**

CNPJ: **16.599.555/0001-31** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **86.96680.8**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **TWLX.5140.501F.8451**

Esta certidão tem validade até **08/08/2020**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **10/02/2020 às 08:09:03.4**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 23/03/2020 às 11:01:38,3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 16.599.555/0001-31

Razão Social: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Endereço: R BELISARIO PENA 491 / PENHA / RIO DE JANEIRO / RJ / 21020-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

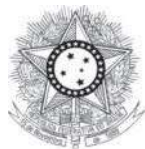
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/03/2020 a 19/04/2020

Certificação Número: 2020032105433841166132

Informação obtida em 23/03/2020 10:51:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 16.599.555/0001-31

Certidão nº: 7068852/2020

Expedição: 23/03/2020, às 10:52:52

Validade: 18/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.599.555/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 20/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

16.599.555/0001-31

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 20/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.9SPU.IQND.RK1U.MZ06.7XYO**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO
AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2020.

Ref. Processo SEI-08/001/005899/2020.

ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, com sede na Rua Belizário Pena, 491, Penha, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 16.599.555/0001-31, neste ato representada pelo seu representante legal pela Sra. Cinthya Silva Neumann, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED], DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
CINTHYA SILVA NEUMANN
REPRESENTANTE LEGAL
[REDACTED]
[REDACTED]

16.599.555/0001-31
INSC. EST. 86.966.808
ARC FONTOURA INDÚSTRIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
RUA BELISÁRIO PENA Nº 491
PENHA - CEP 21.020-010
RIO DE JANEIRO - RJ





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO 4737714527
ÓRGÃO F/SUBTF/CIS-3
CONTROLE 56147/2019

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
RUA BELIZARIO PENA 000491
PENHA RIO DE JANEIRO 21020-010 RJ

CNPJ

16.599.555/0001-31

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.630.854-6

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

HORA: 14:07:54

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda, na internet, no endereço (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/11/2019 17:17:20 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1400086

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **25/11/2020 17:14:36 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 94692511191709580121-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b47b7823c8c705a4cb33a3cebfb8b757c5e39962e35a50b6d5715f7be9ac1d3c0e82d3149fc1f8d2305e7c6d56a6c5689daa00c5a899e9edc08e2401235149a4bd



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.599.555/0001-31
Razão Social: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
Nome Fantasia: OUR COMPANY
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/04/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/04/2020
FGTS	Validade:	30/03/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	26/07/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/02/2020 (*)
Receita Municipal	Validade:	03/03/2020 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Emitido em: 23/03/2020 10:34

CPF: 148.347.887-41 Nome: MONIQUE WILLEMANN PECANHA DE ARAUJO

Ass: _____

1 de 1



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/005899/2020

EMPRESA: ARC

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL			
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.	X		17/4/2020
3 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		9/4/2020
4 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.	X		8/8/2020
5 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)	X		24/5/2020
6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		19/4/2020
7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		18/9/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.	X		19/4/2020

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO			
Dados Banco Bradesco	X		
SICAF	X		

Documentos recebidos em

Documentos conferidos em

Assinatura

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 014/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo de Estado de Saúde, **Sr. GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS**, portador da Carteira Identidade [REDACTED]

[REDACTED], ora denominada **AUTORIDADE COMPETENTE**, e a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** situada na Rua Belizário Pena, nº 491 – Penha – Rio de Janeiro/RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.599.555/0001-31, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por **CINTHYA SILVA NEUMANN**, cédula de identidade [REDACTED],

resolvem celebrar o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, com fundamento no processo administrativo nº **SEI-080001/005899/2020**, através da modalidade **EMERGENCIAL**, que se regerá no **artigo 24, Inciso IV** e pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O fornecimento do objeto deverá ser da seguinte forma, de acordo com a Ordem de Fornecedor a ser autorizada pelo Sr. Subsecretário, podendo haver mudança de marca, desde que mantido o padrão e autorizado pelo mesmo.

ITEM	BEM / MATERIAL / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	UNIDADE de fornecimento	PREÇO UNITÁRIO
01	VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO PARA SUPORTE VENTILATÓRIO DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS. Ciclado a tempo, volume e fluxo, controlado a volume e a pressão. O ventilador deverá possuir tela gráfica que permita a diferenciação de todas as fases do ciclo controlado e espontânea, operação com tela colorida 12 polegadas touch screen. Características Mínimas: Modalidades: VCV, PCV, PCV/AV, SIMV/V, SIMV/P, BIPV, CPAP, PSV NIV-Ventilação Não Invasiva com compensação de vazamentos; Modalidades Neonatais-PLV, SIMV/p, BIPV, CpAp/pSV Modo ILV (Ventilação	400	UN	R\$ 169.800,00

<p>Independente dos Pulmões); Sensor de Oxigênio; Recurso de Nebulização com fluxo sincronizado na inspiração; Recurso de TGI com fluxo sincronizado no final da expiração; Pausa expiratória para determinação da Auto-peep; Pausa inspiratória para determinação da Pressão de Platô; Tipos de curva: quadrada, desacelerada, acelerada e senoidal ; Inspiração manual eletrônica e sincronizada; Não necessita de válvulas reguladoras de parede; Tempo de subida; Ajuste da ciclagem da pressão de suporte; Índice de Tobin, P0. 1 (pressão de oclusão das vias aéreas) permite 100% de O2 temporizado em 90 segundos ; Sistema de proteção contra apneia em modos espontâneos (backup) ; Compensação automática da complacência do circuito respiratório; Bateria interna: recarregável com autonomia de 120 minutos Misturador AR/O2 eletrônico integrado ao ventilador com ajuste de 21% a 100% de O2.</p> <p>Parâmetros Ventilatórios Frequência (rpm) -1 a 180 Tempo Inspiratório(s) -0, 01 a 9, 90; Concentração de Oxigênio (%) -21 a 100 Pressão Limitada Máxima (cmH20) -5 a 80; Pressão de Trabalho Máxima (cmH20) -5 a 100 PEEP/CPAP (cm H20) -0 a 50; Pressão de Suporte (cm H20) -0 a 80; Ciclagem da Pressão de Suporte (% do fluxo inspiratório) -5 a 80; Pausa Inspiratória(s) -0, 01 a 8, 10; Volume corrente (ml) -20 a 2500; Fluxo (l/min)- 4 a 180; Sensibilidade a Fluxo (l/min) - OFF0, 1 a 30; SENSIBILIDADE a Pressão (cm H20)-OFF,-1 a-20 Peso do Paciente (kg)-0, 3 a 200, 0 Tempo de Subida (s) -OFF, 0, 00 a 0, 40 Suspiro (ciclo)-OFF, 5 a 100 Fluxo de base (l/min) -OFF, 4 a 40; Silenciador de alarme (s) -120 .</p> <p>Monitorização: MONITOR GRAFICO de ventilação LCD COLORIDO DE 12 POLEGADAS TOUCHSCREEN que permita fácil acesso aos parâmetros, monitorização gráfica simultânea DE Pressão x tempo, volume x tempo, fluxo x tempo e 2100ps vxp e fxv.</p> <p>Monitorização dos valores. Especificações do Monitor de Ventilação Volume Corrente (ml)-20 a 2600 Volume Minuto (l)-0,1 a 50 Frequência Respiratória (rpm) -1 a 180; Pressão Inspiratória Máxima (cmH20)-30 a 120 Pressão Inspiratória de Platô (cmH20)-30 a 120; pressão no final da Expiração (PEEP) (cmH20) -30 a 120 (auto peep) ; Pressão inspiratória Média (cmH20)-30 a 120 Complacência Pulmonar Estática (ml/cmH20)-1, 00 a 100, 00; Complacência Pulmonar Dinâmica (ml/cmH20)-1, 00 a 100, 00; Resistência das Vias Aéreas (cm/H20/min)-1, 0 a 100, 0 Tempo Inspiratório (s)-00, 1 a 20 Relação IE-6:1 a 1:10 FIO2 (%) -14 a 100 Pressão Intrínseca no Final da Expiração (cmH20)-30 a 120.</p> <p>Alarmes: Falta de energia elétrica, pressão baixa de O2, baixa pressão de ar, obstrução, desconexão, bateria, alarmes configuráveis para apneia, pressão baixa (cmH20) -OFF, 1 a 120 pressão alta (cmH20) -OFF, 1 a 120 PEEP baixo (cmH20)-OFF, 1 a 70 PEEP alto (cmH20)-OFF, 1 a 70 volume minuto alto (l)-OFF, 0, 1 a 99, 0 volume minuto baixo (l)-OFF,0,1 a 99,0; frequência baixa (rpm)-OFF, 1 a 200 frequência alta (rpm) OFF, 1 a 200 Fio2 baixa (%) -OFF, 18 a 100 Fio2 alta (%) -OFF, 18 a 100.</p> <p>Outras funções: Oferta temporizada de oxigênio, possibilidade de inalação sincronizada na fase inspiratória, TGI, suspiro, pausa inspiratória manual de 5 segundos, tendências armazenada durante 24hs dos</p>			 
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>parâmetros ventilatórios e alarmes, tempo de subida ajustável, ciclo manual, analisador de oxigênio, saída serial, silenciados de alarme até 120 segundos.</p> <p>acessórios: 03 circuitos em silicone autoclavável para cada os paciente (adulto / pediátricos) e 02 circuitos em silicone autoclavável para os pacientes de neonatal); base para ventilador pulmonar com rodízios; trava braço articulado para o circuito de paciente; mangueiras de alimentação de oxigênio; cabo de alimentação elétrica; indicador de horas de utilização; demais acessórios pertinentes ao bom funcionamento do ventilador pulmonar para atendimento integral do paciente; umidificador aquecido com display.</p> <p>Alimentação: elétrica bivolt automático com padrão novo brasileiro, bateria interna com capacidade de 120 minutos.</p> <p>Alimentação de Gases: Gases-Oxigênio e ar comprimido; Pressão de alimentação -50 a 150 psi (280 a 1035 Kpa) Conexões rosqueadas-Conforme norma NBR12188/2003 Extensão / Mangueira-Conforme norma 1S0535.</p>	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência (**ANEXO I**);
 - a.1) a entrega deverá ser previamente agendada na Coordenação Geral de Armazenagem.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

h) Cumprir toda e qualquer condição/exigência contida no ITEM 5 do Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificadas:

Natureza das Despesas:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões novecentos e vinte mil reais)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Gerencia de Transporte, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 96 (noventa e seis) horas após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- c) Prazo de garantia dos equipamentos: no mínimo 12 (doze) meses, após a instalação dos equipamentos nos locais definidos pela SES. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para a SES.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões novecentos e vinte mil reais)**, a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº 10539-2, agência 0952, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, nº 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar

com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a

incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao

mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020.

[Assinatura]
GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS
SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE
CONTRATANTE

[Assinatura]
CINTHYA SILVA NEUMANN
ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	900.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.

Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de Ventilador Pulmonar.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4344040, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3805461);
- Pesquisa de Mercado (3855069, 3855072, 3855073);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (3864266, 3864349, 4297146);
- Contrato 014/2020 (4329266).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 4344071 e o código CRC E3D5FF86.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4344071

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

À Procuradoria Geral do Estado

Segue o PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 14/2020 (4447765).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 04/05/2020, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **felipe de melo fonte, Procurador**, em 04/05/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4447728** e o código CRC **60A414D0**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4447728

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 14/2020
PROCESSO Nº SEI-[080001/005899/2020](#)

CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MATERIAL. VENTILADORES PULMONARES. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NºS 46.966/20 E 46.991/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, *CAPUT* E §1º, DA LINDB. ART. 52, *CAPUT*, DA LEI ESTADUAL Nº 5.427/09. CONSIDERAÇÕES.

1. Da consulta

Cuida-se de expediente que chega à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer da minuta de contrato de dispensa de licitação, com base Lei nº 13.979/20, para a aquisição de material hospitalar ventilador pulmonar microprocessado para suporte ventilatório de pacientes adultos, pediátricos e neonatais, no valor total de **R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões novecentos e vinte mil reais)**, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência (3805461); b) solicitação de aumento no quantitativo (3843318); c) termo de referência com quantitativo atualizado (3844597); b) pesquisa de mercado (3855069, 3855072, 3855073 e 3904287); c) manifestação da assistência técnica da coordenação de qualificação de material (3855215); d) dotação orçamentária (3855288); e) documentação da EIRELI (3864266); f) consultas CEIS e SIGA; g) aprovação da compra direta (3864470); h) Nota de autorização de despesa (3872281); i) nota de empenho original (3873736); j) classificação orçamentária (38737450); l) nova juntada de proposta pela EIRELI ARC FONTOURA (3904287); m) certidões e *check list* (4297146) .

É o relatório.

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica
Rua México, nº 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP. 20.031-143
Tel: 55 (21) 2333-3702
www.saude.rj.gov.br

2. Do controle interno de legalidade exercido pela Subsecretaria Jurídica

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988¹, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80², Lei nº 5414/2009³ e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, quanto aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar prismas de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, **apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação**⁴.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

3. Da análise da contratação

O texto constitucional⁵ prevê a realização do procedimento licitatório como regra geral para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo excepcional a contratação direta, limitando-se às hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento

¹ Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

² **Art. 2º** - A Procuradoria Geral do Estado tem autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria. Suas atribuições são as previstas no art. 176 e parágrafos da Constituição do Estado, competindo-lhe:

(...)

IV - o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;

³ **Art. 2º Às Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado compete:**

I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias de Estado e dos entes da Administração Indireta;

(...)

VI – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado, as minutas de editais de concurso público, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;

VII – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação, ressalvados, a critério do administrador, os atos de dispensa em razão do valor.

⁴ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação. 1ª ed. São Paulo: NDJ, 2012, pág. 138.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.

3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20

A licitação dispensável, prevista no artigo, IV, 24 da Lei nº 8.666/93⁶, trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continuar a incidir um modelo de contratação ineficiente.⁷

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”⁸ (grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a realização de processo administrativo prévio, bem como que sejam assegurados os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, ou seja: a) justificativa para a presumida situação de emergência; b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

⁶ Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

⁸ Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.966/20.

Entretanto, antes da análise de tais requisitos, é preciso esclarecer que o presente parecer está sendo proferido em momento posterior à contratação, merecendo considerações quanto a isso.

3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93⁹, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20¹⁰. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.¹¹

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.¹²

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação¹³ se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada, nos termos do art. 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09¹⁴. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências formais, sob

⁹ Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

¹⁰ Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

¹¹ Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: "*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*" (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

¹³ Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

¹⁴ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.¹⁵

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.¹⁶ Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid-19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

3.1.2. Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial¹⁷ fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, o artigo 4.º-B, estabeleceu que as contratações diretas com fundamento na referida lei presumem-se¹⁸ atendidas as condições de:

- I - ocorrência de situação de emergência;
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

¹⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

¹⁶ VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

¹⁷ Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

¹⁸ A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B, I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 2 milhões de casos e mais de 45 mil mortes.¹⁹ E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO, *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58*), há avaliação de risco global muito alto.²⁰

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa²¹ da necessidade do quantitativo de bens apontado no termo de referência nesse caso²².

No caso dos autos houve tal manifestação, no documento SEI 3765695 da Subsecretaria Executiva:

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para a locação de Monitores e ventiladores pulmonares.

3.1.3. Apresentação do termo de referência

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Diante da situação de emergencial de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes: a) declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida da solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.²³

¹⁹ Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22:03/2020.

²⁰ Mais informações em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2. Acesso em: 22:03/2020.

²¹ A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

²² Decreto Estadual nº 46.991/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no artigo 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

²³ Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum²⁴, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/2025, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/2026, o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso dos autos, após a justificativa trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência pelo setor requisitante. Contudo, é oportuno que seja explicitado o motivo pelo qual o termo não tem assinatura de técnico com expertise pertinente ao objeto a ser contratado.

3.1.4. Razões de escolha do contratado

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação do TCU²⁷, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada;
 - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e
- VII - adequação orçamentária.

²⁴ Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1.º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

²⁵ Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

²⁶ Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

²⁷ Decisão 627/1999, Plenário.

contratado²⁸ e atende aos requisitos relacionados a habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira²⁹; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material³⁰ –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20³¹, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, não cabe à ASJUR e sim aos fiscais do contrato e à Coordenação de Contratos observarem se a empresa contratada possui as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da celebração do instrumento, devendo-se atentar, inclusive, quanto ao prazo de validade das certidões apresentadas.

Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não se encontram presentes. Basta notar habilitação da empresa (3864266) para verificar isso. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos termos do artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.

3.1.5. Estimativa de preços

²⁸ **Enunciado n.º 39 - PGE: Qualificação técnica do licitante**

1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas para executar a contento o objeto do certame, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas.

2. Tais exigências: (i) devem ser formuladas à luz do disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se àquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo art. 30 da Lei n. 8.666/93; (ii) devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado; (iii) exigem prévia motivação técnica quanto à sua necessidade, suficiência e pertinência dos parâmetros fixados, para não restringir a competitividade e assegurar a plena concorrência entre os participantes.

3. A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto a capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

4. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

5. A capacidade técnico-operacional não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos que estejam acima de 50% em relação aos quantitativos dos itens de maior relevância.

6. A comprovação do desempenho anterior do profissional envolvido na contratação se dá por meio de atestado de capacidade técnica, na forma do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93.

7. A identificação e a especificação das atribuições a serem desempenhadas pela equipe técnica e/ou pelo profissional responsável pelo objeto da contratação devem estar previstas no edital e no contrato, em especial em se tratando de serviço técnico profissional especializado, ficando a contratada obrigada a garantir que os referidos integrantes executem pessoal e diretamente o objeto do contrato.

²⁹ **Enunciado n.º 18-PGE:** Além dos requisitos previstos no art. 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, nas situações de contratação direta e indispensável: a) a manifestação das Assessorias Jurídicas, não exigível nas hipóteses do art. 24, incisos I e II; e b) o atendimento dos requisitos de habilitação pelas empresas contratadas.

³⁰ Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 3º - A restrição de fornecedores ou prestadores de serviço referida no art. 4º-F da Lei Federal nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020, também se estende ao prazo de entrega de material.

³¹ Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º da Constituição.

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.³²

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19 e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ³³, o art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20³⁴. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.³⁵ **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado³⁶, vedando-se a majoração sem justa causa³⁷.**

Mesmo se tratando de um período de emergência, exige-se a estimativa de preços. Em última hipótese, desde que haja justificativa, será dispensada a citada estimativa de preços.³⁸

Na situação em análise, constam três fornecedores, que seriam suficientes de acordo com a lei n.º 13.979/2020. Ocorre que o Decreto Estadual nº 46.991/20 aponta para a necessidade

³² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

³³ Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

³⁴ Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o art. 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

³⁵ Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

³⁶ Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

³⁷ **Lei Estadual n.º 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

³⁸ Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

sempre que possível, de apresentação de três fontes de referência, dentre as alíneas descritas na lei n.º 13.979/2020.

Nesse sentido, só foram juntadas propostas das pessoas jurídicas: ARC FONTOURA (3855069), ATACADÃO FARMACÊUTICO (3855072) e JABEL (3855073). **Todavia, não é possível localizar remessa de e-mails (ou qualquer outro registro formal) com pedido de cotação para quaisquer outros fornecedores. Também não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet.** Assim, faz-se necessária complementação ou apresentação de justificativa no caso em análise para a restrição nas fontes de pesquisa de preço.

Ainda, importante indicar que, posteriormente ao envio do termo de referência às pessoas jurídicas para cotação junto ao mercado, houve alteração dos quantitativos (SEI - 3843318), o que pode trazer alteração nos preços ofertados e, dessa forma, viciar a pesquisa de mercado por refletir uma precificação de objeto em quantidade diversa. Tal mudança é apontada no despacho SEI – 3855045 e, como consequência, recomenda-se sua repetição a fim de demonstrar se o preço obtido se demonstra realmente vantajoso.

Esse não é um vício apenas desse processo emergencial, mas de tantos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado ([4237971](#)), após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 ([4238621](#)), a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, **a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020**, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em

caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação..³⁹

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

3.1.6. Da adequação orçamentária

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20⁴⁰, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária. Inclusive, deve ter adequação no exercício vingueiro, se for o caso, sendo vedada a realização sem o prévio empenho e da declaração de respeito aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial artigo 16⁴¹, o que foi providenciado (3873745).

4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço⁴².

³⁹ Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)

⁴⁰ Art. 14 (...)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá (...)

VII - adequação orçamentária.

⁴¹ Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o [§ 3º do art. 182 da Constituição](#).

⁴² Art. 62, da Lei nº 8.666/93.

As cláusulas dos contratos nº 14/2020 (4329266) obedecem parcialmente às prescrições legais vigentes e orientações da PGE. Por esta razão, sugerem-se algumas alterações, por meio de termo aditivo:

- Recomenda-se a substituição da **cláusula segunda** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Nota-se na **cláusula décima** da minuta que houve a redução da garantia para o percentual de 2% sem qualquer justificativa antecedente. No entanto, a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ⁴³, que vincula e orienta a presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07⁴⁴, estabelece a necessidade de justificativa da autoridade competente na dispensa ou adoção da garantia. Esta pendência deve ser sanada.
- Deve-se substituir a **cláusula décima primeira** para que preveja a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

⁴³ 12) A garantia **poderá ser dispensada**, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (artigo 56, *caput* da Lei nº 8.666/93).

12.1) **Poderá ser adotado percentual de até 5%** (cinco por cento), na forma do artigo 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

⁴⁴ **Art. 1º** - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato..”

- A redação da **cláusula décima terceira** deve ser adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI N°09;
- Insira-se a cláusula décima sétima da minuta padrão da PGE:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.”

- Altere-se a redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, para a seguinte redação:

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“*red flags*” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. É eficaz desde que produza os seus efeitos.⁴⁵ Com base em tais premissas, o artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93⁴⁶ estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de

⁴⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

⁴⁶ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e no inciso III e seguintes do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único

dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020⁴⁷, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.⁴⁸

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do artigo 52, *caput* da Lei 5.427/09⁴⁹, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do artigo 58 da Lei nº 8.666/93⁵⁰ outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.⁵¹ Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração

do artigo 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

⁴⁷ Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

⁴⁸ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

⁴⁹ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

⁵⁰ Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

⁵¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.⁵²

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa⁵³, entretanto, há discricionariedade do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.⁵⁴

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções⁵⁵ e a dosimetria estabelecida §2º do artigo 22, da LINDB.⁵⁶ Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.⁵⁷

5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

⁵² Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

⁵³ A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, “o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo de reprovação*”, logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por “*infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato*”, de maneira que, embora resguarde-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229).

⁵⁴ GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 75-94, jan./abr. 2016.

⁵⁵ Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais graves**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do artigo 87, Lei 8.666/93. FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

⁵⁶ Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

⁵⁷ A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207-247, jan./abr. 2012

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste⁵⁸, nos termos do artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.⁵⁹Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável⁶⁰ (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato⁶¹), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para o contratante.⁶²⁻⁶³ A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o artigo 79, §1º, da Lei 8.666/93.⁶⁴

6. Conclusão

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. Apesar de o termo de referência ter sido elaborado setor requisitante e firmado por técnico com qualificação profissional pertinente ao tema, falta a assinatura deste último. Recomenda-se a correção desse vício.
2. Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não se encontram presentes. Basta notar habilitação da empresa (3864266) para verificar isso. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.

⁵⁸ A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

⁵⁹ Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando "carta branca" ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao interesse público. BITTENCOUR, Sidney. *Licitação Passo A Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

⁶⁰ Esta hipótese tem previsão expressa no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

⁶¹ A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, "ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato". FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

⁶² TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

⁶³ Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que "o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas."

⁶⁴ Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
4. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;
5. Em especial, faz-se necessário justificar a redução da garantia prevista na cláusula décima da minuta, em respeito à nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela PGE/RJ;
6. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
7. Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado, em cumprimento ao artigo 4º, inciso IV da Lei Estadual nº 5.414/2009, ao artigo 4º, inciso V, §3º, do Decreto Estadual nº 40.500/07⁶⁵ e à Orientação Administrativa nº 04⁶⁶, para a análise do possível impacto da presente contratação.
8. Conforme orientação do Procurador Geral do Estado ([4237971](#)): a) encaminhe-se o presente processo administrativo para a Controladoria Geral do Estado, para ciência; e b) após, remetam-se as informações ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas Estadual, conforme orientação do Procurador Geral do Estado;

⁶⁵ Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

V - analisar, previamente, e, em seguida, devidamente instruído com parecer conclusivo, submeter à Procuradoria Geral do Estado os procedimentos que tenham por objeto:

(...)

h) matéria de grande importância, impacto ou possibilidade de repercussão geral para a Administração Pública;

(...)

§ 3º - Para fins da alínea h do inciso V, será considerada "matéria de grande importância, impacto ou possibilidade de repercussão geral para a Administração Pública", necessariamente e sem prejuízo de outros, todo processo, ato, contrato ou demais acordos, inclusive seus respectivos termos aditivos, que impliquem criação ou execução de despesa, inclusive por renúncia de receitas, com impacto financeiro-orçamentário igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ainda que meramente estimados e de implemento parcelado.

⁶⁶ Orientação Administrativa PGE nº 04

I. Devem ser objeto de prévio exame jurídico, com Parecer conclusivo do Órgão Jurídico Local ou Setorial, as matérias que possam ter impacto sobre o Regime de Recuperação Fiscal do Estado, previsto na Lei Complementar nº 159 (tais como as vedações constantes do artigo 8º da citada lei), submetendo-se sempre tal parecer ao Procurador do Estado titular da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado a que esteja vinculado.

II. Presume-se a repercussão geral para a Administração Pública estadual, para fins de incidência do disposto no artigo 4º, inciso IV, da Lei Estadual nº 5.414/2009, e consequente sujeição obrigatória à aprovação do Procurador-Geral do Estado, dos pareceres exarados sobre as matérias que possam ter impacto no Regime de Recuperação Fiscal do Estado, exceto aquelas que já tenham sido objeto de análise pela Procuradoria-Geral do Estado.

Publicado: DO I, de 08/08/18 Pág. 23

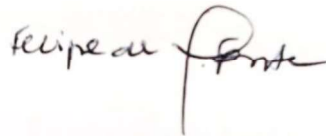
9. Em paralelo, encaminhe-se à Subsecretaria de Controladoria Geral desta Secretaria Estadual de Saúde.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2020.



DANIELLE TUFANI ALONSO
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado
de Saúde
ID Funcional nº 42666112



FELIPE DE MELO FONTE
Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Subsecretário Jurídico da Secretaria de
Estado de Saúde
ID Funcional nº 4334827-0



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Controladoria Geral da SES

À SUPAG,

Encaminha-se o presente processo para ciência, tendo em vista os trabalhos de auditoria que estão sendo realizados nos processos de despesa efetuadas para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19).

Posteriormente enviar à SUBEX, face as orientações emitidas pela Subsecretaria Jurídica da SES no Parecer 4447765.

Atenciosamente,

Wanderley da Cruz Amaral
Subsecretário de Controladoria Geral da SES
ID. 2561116-0

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Wanderley da Cruz Amaral, Subsecretário**, em 05/05/2020, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4464348** e o código CRC **AAA9E6C8**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4464348

Rua méxico, - Bairro centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Controladoria Geral da SES

Ao Subsecretario de Controladoria Geral da SES,

Tomamos ciência do processo, que está sendo auditado por força da Portaria SUBCG/SES nº 11, de 16 de abril de 2020. Conforme solicitado, estou enviando o presente à SUBEX, em face do Parecer da Subsecretaria Jurídica (4447765).

Respeitosamente,

Robson Ramos Oliveira
Superintendente de Auditoria Geral da SES (interino)
CRC-RJ 73.274-0 / Id.: 2.911.435-7

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ramos Oliveira, Superintendente**, em 07/05/2020, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4523273** e o código CRC **7CFE7DA9**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4523273

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Chefia de Gabinete
Núcleo de Contencioso Estratégico e Defesa da Probidade

Proc. nº SEI-080001/005899/2020
maio de 2020.

Rio de Janeiro, 07 de

APROVO, com acréscimos, o Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 14/2020, elaborado em conjunto pelo il. Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde - SES e Procurador do Estado **FELIPE DE MELO FONTE** e pela Assessora Jurídica Chefe da SES e Procuradora do Estado **DANIELLE TUFANI ALONSO**, pelo qual se analisou a juridicidade do contrato administrativo n.º 14/2020 celebrado com a empresa ARC FONTOURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, que tem por objeto a aquisição de 400 ventiladores pulmonares, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

Em primeiro lugar, diga-se que o expediente foi iniciado com o intuito de aquisição de 300 e locação de 300 ventiladores pulmonares, sendo o quantitativo de compra alterado para 400 no curso do processo. Curioso é que embora a intenção fosse de locar parte dos equipamentos, os orçamentos encaminhados apenas contemplaram a venda do produto e o contrato veio a ser firmado ignorando-se, por completo, a pretensão inicial de locar 300 ventiladores.

A contratação em tela se deu mediante procedimento de dispensa de licitação, embasada na hipótese emergencial introduzida em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 13.979/2020 e pelo Decreto estadual nº 46.991/2020, para combate à pandemia de escala mundial decorrente do coronavírus.

Os subscritores identificaram irregularidades na referida contratação direta que demandam imediato saneamento administrativo, a seguir resumidas:

i) ausência de submissão do feito à prévia apreciação pelo órgão de consultoria e assessoramento jurídico, como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, falha essa, entretanto, suprida pelo parecer;

ii) ausência de assinatura do técnico que elaborou o termo de referência simplificado;

iii) os requisitos de habilitação técnica previstos no item 5 do termo de referência não estão presentes nos autos, razão pela qual deverão ser providenciados ou, na sua impossibilidade, deverá constar dos autos justificativa bastante, observado o art. 4º-F, da Lei nº 13.979/2020;

iv) necessidade de nova estimativa de preços, em complemento à já realizada;

v) a necessidade de alterações no contrato, mediante termo aditivo, e apresentação de justificativa para a redução da garantia prevista na cláusula décima.

Os pareceristas destacam, com propriedade, que são aplicáveis ao presente caso, *mutatis mutandis*, as conclusões lançadas na Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 (SEI-140001/008049/2020), integralmente acolhidas em visto de aprovação do Exmo. Procurador-Geral, assim formuladas:

" a) No que se refere à publicidade das contratações, sugere-se o encaminhamento à SES de recomendação de levantamento das restrições de acesso a todos os processos de licitações e contratos, físicos ou eletrônicos, ressalvadas as restrições justificadas expressamente na Lei de Acesso

à Informação. Sugere-se, igualmente, recomendar-se à SES a dar pleno cumprimento ao artigo Art. 4º, § 2, da Lei n. 13.979/2020, fazendo publicar as informações referidas no dispositivo em sítio oficial específico da própria Secretaria ou, pelo menos, nas bases de consulta pública do Portal SIGA, imediatamente após a celebração das contratações diretas emergenciais.

b) No tocante à atuação da Subsecretaria e a Assessoria Jurídica da SES em referidos processo, sugerimos o encaminhamento de recomendação à referida Secretaria de adoção de providências que garantam a fiel observância dos dispositivos da Lei estadual n. 5.414/2009, em especial, a obrigatoriedade de submissão prévia ao órgão jurídico dos processos de licitação e contratação direta da Pasta, com a ressalva de que, na hipótese de comprovada impossibilidade, referidos autos devem ser encaminhados na primeira oportunidade.

c) Em relação às estimativas de preços - de certo o mais relevante dos pontos abordados nesta promoção - sugerimos seja recomendado à SES:

c.1) primeiramente, a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no art. 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no art. 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação de justificativa circunstanciada de sua dispensa.

c.2) realizada a estimativa de preços e constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, poderá ser convalidada a contratação, nos termos do art. 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do art. 52 da Lei estadual 5.427/09.

c.3) na hipótese de constatação de sobrepreço, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante art. 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação.

Em acréscimo ao judicioso parecer, deve-se destacar, na presente análise, que no dia de hoje, em decorrência de investigação conduzida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foram expedidos mandados de prisão preventiva a fim de apurar fraudes havidas nas aquisições de ventiladores pulmonares pela Secretaria de Estado de Saúde, o que culminou com a prisão da administradora da empresa Arc, contra quem paira a suspeita de não ser a verdadeira titular da empresa^[1].

A par do presente processo de contratação para a compra de ventiladores pulmonares, tramitam dois outros (Processos SEI-080001/007186/2020 e SEI-080001/007407/2020) que versam sobre contratações similares e que foram objeto de visto pela Procuradoria Geral do Estado no qual se exortou a Secretaria de Estado de Saúde a adotar inúmeras providências visando aferir a sua regularidade.

O fato noticiado na mídia realça a importância de se observar o **cumprimento de todos os requisitos necessários à verificação da regularidade das contratações**.

Na presente hipótese, tem-se, *ad exemplum*, que **o requisito de qualificação técnica previsto no Termo de Referência não se encontra demonstrado**, o que se faz indispensável uma vez que a proposta estipulava a pronta entrega dos equipamentos, e, segundo noticiado na mídia, ainda não teria sido entregue nenhum. Esse ponto deve ser devidamente elucidado e esclarecido pela Secretaria de Saúde.

Como já foi dito em situações anteriores, diante da existência de outros fornecedores aptos a

fornecer o produto (ventilador pulmonar), conforme se verifica nas outras contratações efetuadas pela SES, tem-se que a presente hipótese não parece se amoldar ao permissivo do art. 4º-F da Lei n.º 13.979/20, devendo ser exigidos todos os requisitos de habilitação previstos na Lei n.º 8.666/93, salvo mediante robusta justificativa do administrador competente.

Outra questão que merece esclarecimento refere-se a eventual pagamento adiantado. Encontra-se anexado no expediente duas Notas de Empenho, sendo uma no valor de R\$ 8.502.305,64 e outra de R\$ 59.417.694,36 (SEI 3873736), que, somadas, perfazem o valor total da contratação.

Restam dúvidas, portanto, se foi efetuado a antecipação de pagamento no montante de R\$ 8.502.305,64. Conforme examinado em precedente anterior (Proc. nº SEI-080001/007407/2020), embora o pagamento antecipado seja juridicamente legítimo em situações excepcionais, demanda-se a **correlata justificativa pela autoridade competente** bem como a **apresentação de caução idônea ou garantias que diminuam o risco da Administração** [2]. Na presente hipótese, não se verifica a apresentação de nenhuma garantia idônea pela contratada a legitimar eventual antecipação de pagamento.

No que se refere à justificativa de preços, conforme manifestado no parecer da Subsecretaria Jurídica da SES, noticia-se a existência de **diversos outros processos instaurados para a aquisição do mesmo insumo (ventiladores pulmonares)**, sendo certo que **não houve o cruzamento de dados com as diferentes cotações realizadas nestas contratações e nem a consulta a outros bancos de dados, conforme estabelece o art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20.**

Não bastasse isso, pairam dúvidas sobre a legitimidade das propostas apresentadas pelas demais empresas neste expediente, uma vez ter sido apurado vínculos pessoais entre a Arc e outras empresas que encaminharam a cotação.

Tal constatação, embora possa ainda não constituir prova cabal de sobrepreços ou de práticas anticompetitivas, por certo recomenda a diligência da nova verificação de preços de mercado recomendada por meio de consulta a outros bancos de dados, e, igualmente, a apuração de eventuais ilícitos administrativos nas contratações de insumos referidas no parecer.

Por fim, anota-se que **o contrato não foi publicado em Diário Oficial**, irregularidade que deve ser imediatamente sanada.

Diante das potenciais irregularidades apontadas e da prisão de ex-agentes públicos e empresários envolvidos nessas contratações por suspeita de fraude, faz-se imperiosa a instauração de processo administrativo específico no âmbito do Núcleo de Defesa da Probidade para que, em conjunto e paralelamente às investigações conduzidas pelos órgãos de controle interno (CGE) ou externo (TCE e MPERJ), seja examinada potencial prática de atos de improbidade administrativa nas contratações emergenciais relacionadas ao combate na pandemia do novo coronavírus e avaliadas as medidas judiciais cabíveis para resguardar o erário estadual.

Encaminhamos, então, o presente feito à consideração superior, reiterando nossa concordância com as conclusões do parecer ora analisado e **requerendo, ainda, autorização para instauração de processo administrativo no Núcleo de Contencioso Estratégico e Defesa da Probidade desta PG-15**, com base no art. 2º, inciso IX, da Resolução PGE nº 4.319/2019.

À d. PG-02, em prosseguimento.

BRUNO BOQUIMPANI SILVA

Procurador-Assistente – PG-15

Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico

[1] <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/07/mpj-realiza-operacao-nesta-quinta-feira.ghtml>

[2] A recente edição da Medida Provisória n.º 961/2020 corrobora a possibilidade de antecipação de pagamento, desde que seja expressamente prevista no instrumento e necessária à consecução do interesse público subjacente, sendo certo que a Administração Pública deve adotar todas as cautelas para evitar prejuízo em caso de inadimplemento contratual (art. 1º, §§1º e 2º).

Rio de Janeiro, 07 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Boquimpani Silva, Procurador**, em 07/05/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4540860** e o código CRC **2BD98D4F**.

.....
{Digite aqui a nota de rodapé}

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4540860

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

Of.SES/SUBEX SEI N°4571261

Rio de Janeiro, 08 maio de 2020

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – SEI-080001/005899/2020

RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

Contrato N° 014/2020

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo **IRAN PIRES AGUIAR**, ora denominado **AUTORIDADE COMPETENTE**, através do presente, vem **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO nº 014/2020**, de 23 de março de 2020 firmado com a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com sede na Rua Belizário Pena, nº 491 – Penha – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.599.555/0001-31, representada por **CINTHYA SILVA NEUMANN**, pelos motivos a seguir expostos:

Considerando o descumprimento da cláusula primeira do contrato que se refere ao objeto e à forma de fornecimento.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir unilateralmente o Contrato nº 014/2020 de 23 de março de 2020 celebrado com a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com sede na Rua Belizário Pena, nº 491 – Penha – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.599.555/0001-31, representada por **CINTHYA SILVA NEUMANN**, em razão do descumprimento das condições previstas no contrato em questão.

Art. 2º. No tocante às verbas recebidas, será concedido prazo de 10 (dez) dias para ressarcimento aos cofres públicos, a contar do recebimento desta notificação extrajudicial, tendo a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** que realizar o recolhimento através de GRE'S que estão emitidas, e disponíveis nesta Subsecretaria Executiva / SES.

O não recolhimento implicará em encaminhamento de processo Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), para medidas judiciais cabíveis.

Art. 3º. No tocante às sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem

prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8666/93

Art. 4º. Notifico e dou ciência à empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** também através de Aviso de Recebimento (AR).

Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 78, incisos I e c/c 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a cláusula décima segunda, do Contrato nº 014/2020, de 23 de março de 2020, pela não entrega do objeto contratado.

O Presente Termo de Rescisão será publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020.

IRAN AGUIAR

Subsecretário Executivo

ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 08/05/2020, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4571261** e o código CRC **CB67F88B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4571261

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Geral

Encaminha-se matéria abaixo para apreciação e publicação no DOERJ, se a instrução processual assim indicar.

Instrumento: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 014/2020.

Partes: Secretaria de Estado de Saúde e a **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**

Objeto: Aquisição de material de consumo para realizar atendimento dos pacientes com suspeita e diagnosticado com o COVID-19.

Processo nº: SEI-080001/005899/2020.

Data da assinatura do Termo: 08/05/2020.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 08/05/2020, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4572250** e o código CRC **6C77E09B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4572250

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Processo Administrativo nº SEI-080001/005899/2020

Visto. Aprovo o Parecer Conjunto nº 14/2020-SES/SJ/AJ/FMF/DT, da lavra dos Procuradores do Estado **FELIPE DE MELO FONTE**, atualmente ocupando o cargo de Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde – SES e **DANIELLE TUFANI ALONSO**, atualmente ocupando o cargo de Assessora Jurídica Chefe da SES, **com os acréscimos** formulados no Visto do Procurador Assistente da Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico (PG-15) **BRUNO BOQUIMPANI SILVA**, que examinaram a juridicidade do contrato administrativo nº 14/2020 celebrado com a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, para a aquisição de material hospitalar **VENTILADOR PULMONAR** (total de 400 ventiladores), no **valor global de R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões novecentos e vinte mil reais)**, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Devem ser atendidas integralmente todas as recomendações e determinações formuladas no parecer e no Visto.

Diante das potenciais irregularidades apontadas e da prisão de ex-agentes públicos e empresários envolvidos nessas contratações por suspeita de fraude, **autorizo a instauração de processo administrativo específico no âmbito do Núcleo de Defesa da Probidade** para que, em conjunto e paralelamente às investigações conduzidas pelos órgãos de controle interno (CGE) ou externo (TCE e MPERJ), seja examinada potencial prática de atos de improbidade administrativa nas contratações emergenciais relacionadas ao combate na pandemia do novo coronavírus e avaliadas as medidas judiciais cabíveis para resguardar o erário estadual.

À Secretaria de Estado de Saúde, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020.

REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Rua do Carmo, 27 – 13º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.011-020
Tel: (21)2332-9274 / 2332-9278 – www.pge.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

Ilma. Sra. Chefe da PG15 - Coordenadoria do Sistema Jurídico

Tendo em vista a rescisão do contrato que consta no documento 4571261, solicito sejam adotadas as providências judiciais para reaver os valores pagos em adiantamento, no montante de R\$ 8.829.600,00.

Atenciosamente,

DANIELLE TUFANI ALONSO
Chefe da Assessoria Jurídica - SES

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 11/05/2020, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4583022** e o código CRC **5BB7F736**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4583022

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Geral

Ao Setor de Preparo e Publicação Oficial/SES,

Em prosseguimento, após autorização desta Subsecretaria para publicação da matéria acerca do Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 014/2020, conforme despacho (4572250).

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020.

Roberto Pozzan
Subsecretário Geral
ID 2579845-6



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pozzan, Subsecretário**, em 11/05/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4583110** e o código CRC **1205F152**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4583110

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Chefia de Gabinete

Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico

Ao Núcleo da Probidade e Ações estratégicas

Rio de Janeiro, 11 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Cosentino Ferreira, Procuradora**, em 11/05/2020, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4587909** e o código CRC **F8361D86**.

.....
{Digite aqui a nota de rodapé}

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4587909

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>

COMPROVANTE DO CLIENTE
B0223237646BR - CARTA COM FATURAR SEL0/SE
DEST: ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES E
CEP: 21020-010-RIO DE JANEIRO-RJ
PESO (g): 30 PRECO: 15,55
ADIC: AR R\$6,35
VALOR DECLARADO NAO SOLICITADO. NO CASO DE OBJETO COM VALOR, FAÇA SEGURO, DECLARANDO O VALOR DO OBJETO
ANOTACOES:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Restituímos o presente, face à publicação do Extrato de Termo de Rescisão N° 014/2020 (4572250) no D.O. de 12/05/2020. Segue, em Anexo, cópia do D.O. (4617697).

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Luppo dos Santos, Agente Administrativo de Saúde**, em 14/05/2020, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4616720** e o código CRC **F55A3C8C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4616720

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Secretaria de Estado de
Administração Penitenciária

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas.**PARTE:** Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Empresa MMW IRMAO ALIMENTOS S/A. - CNPJ 68.593.979/0001-92.**OBJETO:** Prestação de serviço de fornecimento de refeições completas (almoço e jantar) para Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza (SEAP/JF), Presídio Nelson Hungria (SEAP/NH), Penitenciária Telavira Bruce (SEAP/TB), Cadeia Pública Elizabeth Sô Rego (SEAP/SR).**VALOR:** R\$ 323,073,18 (trezentos e vinte e três mil setenta e três reais e dezoto centavos).**PERÍODO:** Novembro/2019.**DATA DA ASSINATURA:** 08/05/2020.**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-210108/000069/2020;**

Id: 2251175

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 17/2020.**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa EXTREME DIGITAL SOLUTIONS.**OBJETO:** Prestação de Serviços de análise e desenvolvimento de sistemas em linguagem de programação orientada a objetos para dispositivos móveis e serviços de estimativa e contagem com base na métrica de pontos de função.**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua publicação no DOERJ.**VALOR TOTAL:** R\$ 2.249.760,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta reais).**DATA DA ASSINATURA:** 11/05/2020.**GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL:** Cel BM QOC/92 Carlos Alberto Simas Junior, RG 9.939.**MEMBROS:** Ten Cel BM QOC/94, Fernando Rodrigues Sergio, RG 16.716, Ten Cel BM QOC/98, Marcio Rodrigues Montenegro, RG 22.729.**MEMBRO SUBSTITUTO:** Ten Cel BM QOC/99, Jonathan Carlo Martins Simas, RG 17.347.**FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-270132/000026/2020.

Id: 2251146

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta- TAC 44/2019.**PARTE:** Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CNPJ: 28.176.998/0004-41, a Diretoria Geral de Serviços Técnicos - CNPJ: 28.176.998/0004-41 e o Posto Luc de Pádua LTDA-EPP - CNPJ: 01.648.535/0001-36.**OBJETO:** A regularização da edificação de propriedade (ou sob a responsabilidade) do COMPROMITENTE, edificado à Rodovia 166, S/N, Estrada Pádua-Pirapetinga - km 0 - Santo Antônio de Pádua/RJ, possuindo uma área total construída de 173,05 m², 01 pavimento, 3 m de altura, destinado à finalidade de local dotado de abastecimento de combustível C-3, classificado como risco médio 1, com vistas a estabelecer garantias de proteção das pessoas e seus bens em caso de incêndio e pânico.**PRAZO:** 10 de abril de 2022.**DATA DA ASSINATURA:** 04/03/2020.**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 1º do Decreto-Lei nº 247, de 21 de julho de 1975, Decreto nº 42, de 17.12.2018, a Portaria CBMERJ nº 1071, de 27 de agosto de 2019.**PROCESSO ADMINISTRATIVO NºS SEI-27/057/002003/2019 E E-27/53352/11218/2019.**

Id: 2251151

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 030/2020.**PARTE:** Secretaria de Estado de Saúde e a ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.**OBJETO:** Aquisição de material de consumo para realizar atendimento dos pacientes com suspeita e diagnosticado com o COVID-19.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 09/05/2020.**PROCESSO Nº SEI-080001/005899/2020.**

Id: 2251336

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 030/2020.**PARTE:** Secretaria de Estado de Saúde e a MHS PRODUTOS E SERVIÇOS DE LTDA.**OBJETO:** Aquisição de material de consumo para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticado com o COVID-19.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 08/05/2020.**PROCESSO Nº SEI-080001/007407/2020.**

Id: 2251337

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE REGULAÇÃO E UNIDADES PRÓPRIAS

NOTA TÉCNICA - SUPUPPH/SUBRUP/SES-RJ

Assunto: Nota Técnica para a orientação sobre o acondicionamento dos corpos como causa suspeita/confirmada por COVID-19 nas Unidades da Rede Estadual de Saúde.

Considerando a publicação do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, vetor da COVID-19, bem como reconhece a situação de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando, por conseguinte, a necessidade de implementação de ações coordenadas nas unidades hospitalares e a promoção de medidas que mitiguem a iminente sobrecarga da rede estadual de saúde diante da eclosão da pandemia do COVID-19;

Considerando, ainda, a alta taxa de transmissibilidade do vírus e o exponencial número de pacientes que vêm sendo infectados diariamente no Estado do Rio de Janeiro, que direcionam a uma inevitável sobrecarga dos equipamentos de saúde quando alcançado o período de apice de infecção, havendo a imediata necessidade de se promover soluções que evitem o colapso da rede estadual de saúde;

Considerando o Anexo V da Nota Técnica GVMS/GGTS/ANVISA Nº 04/2020 - <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C3%B04-2020/GVMS-GGTS-ANVISA-ATUALIZA-DA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-bb341c198b28>, que trata sobre os cuidados do corpo após a morte,

Objetivo

Esta Nota Técnica tem por finalidade orientar os serviços de assistência da Rede Estadual de Saúde a se organizar para a alta ocorrência de óbitos nas unidades de saúde estaduais e definir estratégias para organização de área ou mesmo estrutura provisória (como por exemplo: aluguel de container frigorífico) para o acondicionamento destes corpos até a retirada por parte dos familiares para a realização do enterro, durante a Pandemia provocada pelo COVID-19.

Público-alvo

Unidades de saúde estaduais com casos de óbito suspeitos ou confirmados com o COVID-19.

Id: 2251095

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE REGULAÇÃO E UNIDADES PRÓPRIAS

NOTA TÉCNICA - SUBRUP/SES-RJ

Assunto: Protocolo para a administração de Heparina em pacientes acometidos pelo novo coronavírus (COVID-19) que se encontram internados e/ou em observação nas Unidades da Rede Estadual de Saúde.

Considerando a publicação do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, vetor da COVID-19, bem como reconhece a situação de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando, por conseguinte, a necessidade de implementação de ações coordenadas nas unidades hospitalares e a promoção de medidas que mitiguem a iminente sobrecarga da rede estadual de saúde diante da eclosão da pandemia do COVID-19.

Considerando, ainda, a alta taxa de transmissibilidade do vírus e o exponencial número de pacientes que vêm sendo infectados diariamente no Estado do Rio de Janeiro, que direcionam a uma inevitável sobrecarga dos equipamentos de saúde quando alcançado o período de apice de infecção, havendo a imediata necessidade de se promover soluções que evitem o colapso da rede estadual de saúde.

Considerando que a administração de medicamentos potencialmente promissores no tratamento do novo coronavírus em pacientes internados poderá ser decisiva para a recuperação destes e, por conseguinte, por o aumento da disponibilidade de leitos na plataforma de regulação para demais pacientes que necessitem de vaga.

A infecção pelo Coronavírus, COVID-19, apresenta um espectro de manifestações clínicas que vai de formas assintomáticas a grave comprometimento respiratório com necessidade de prótese respiratória, SARS COVID-19.

As formas graves evoluem com exacerbação da resposta inflamatória/imunológica associadas a repercussões sistêmicas e com manifestações tromboembólicas e possibilidade de evolução para CIVD (coagulação intravascular disseminada).

A internação prolongada e a imobilização do paciente são fatores agravantes para complicações trombóticas.

Objetivo

Esta Nota Técnica tem por finalidade instituir em todos os serviços de assistência da Rede Estadual de Saúde, o Protocolo para a administração de Heparina em pacientes acometidos pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo a minimização de manifestações tromboembólicas e do comprometimento funcional de órgãos e sistemas (pulmonar, cardiológico e neurológico), assim como a expectativa de melhorar a evolução clínica, diminuir a morbidade, a mortalidade e as sequelas tardias.

Esta normativa versa sobre a prática relacionada ao manejo de pacientes Internados em Unidades da Rede Estadual de Saúde com

	ENOXIPARINA	HEPARINA NÃO FRACIONADA/REGULAR
SUBCUTANEO	1 mg/kg	5.000 UI (100UI/kg)
ENDOVENOSO INFUSÃO CONTÍNUA	0,1 mg/kg/h	Dose de ataque 80UI/kg e 10 a 20UI/kg/h
INSUFICIÊNCIA RENAL CLEARÉNCIA DE CREATININA < 30 ml/h	Trocar por heparina regular redução de 50% da dose	PTT 6/6horas, se superior a 3X/controle. Interromper infusão por 1 hora e repetir a PTT
CONTROLE TERAPEUTICO	Fator anti Xa 0,4 a 1,2	PTT 2,5X/Controle - Fator anti Xa 0,3 a 0,7

Na confirmação de doenças Tromboembólicas, utilizar esquemas terapêuticos de heparina e não esquemas profiláticos. Suspende coumatrínicos, inibidores de fator X e inibidores de trombina ao iniciar a heparina. Paciente com uso prévio de anti agregantes plaquetários, preservar apenas um (Ex. AAS 100mg) e em dias alternados. Plaquetas < 50.000/dl não usar heparina. Em caso de sangramento clinicamente significativo, suspender imediatamente a heparina (e anti agregante se em uso). Protamina (1mg/mg de Enoxiparina e 1mg/100 UI heparina regular). Na persistência de sangramento, avaliar Hemotransfusão de Plasma Fresco Humano ou Plasma rico em Plaquetas. Hipersensibilidade ou contra-indicação ao uso de Heparina, podemos utilizar Fondaparinux (5mg/dia se < 50kg e 7,5mg/dia se > 50kg). D-dímero normal não exclui quadros trombo hemorrágicos como Fibrinolise (Fibrinogênio baixo ou indetectável) e microangiopatias.

OBS 1: Atentar para as dosagens recomendadas para o uso da Heparina e suas recomendações.**OBS 2:** Deve-se observar condições em que a anticoagulação é contra indicada. Esta avaliação deve ser feita de forma individual pelo médico que assiste o paciente.

Monitoramento do paciente

Para evitar eventuais complicações com o uso do medicamento é muito importante observar e monitorar a dosagem do D-dímero e de outros exames complementares a critério médico.

Efeitos Colaterais

O paciente deverá ser monitorado quanto ao surgimento das seguintes reações adversas relacionadas ao uso da heparina que são: reação de hipersensibilidade, elevação das transaminases, osteoporose, trombocitopenia e sangramentos. Sendo observados com maior frequência com o uso de heparina não fracionada (regular) do que com o uso de heparina de baixo peso molecular. A trombocitopenia está relacionada a um maior risco de sangramento e pacientes com contagem plaquetária inferior a 50.000/mm3 devem evitar o uso de heparina. Pacientes podem desenvolver trombocitopenia induzida pela Heparina, principalmente entre o quinto e o décimo dia de tratamento, condição que exige a suspensão da medicação e confirmação diagnóstica (anticorpo anti fator 4 plaquetário/pesquisa de trombocitopenia induzida por heparina).

O risco de sangramento aumenta nos pacientes que fazem uso prévio

Suspeita ou Confirmação de COVID-19, Atendendo para o uso de indicadores assistenciais e laboratoriais, para uma melhor assistência aos acometidos pelo COVID-19.

Público-alvo

Pacientes, internados e/ou em observação nas unidades da rede estadual de saúde, sintomáticos suspeitos ou confirmados com COVID-19.

Proposta do tratamento farmacológico

A heparina é um polissacarídeo polianiónico sulfatado pertencente à família dos glicosaminoglicanos. É composta por unidades dissacarídeas repetidas compostas por ácido urônico e um açúcar aminado. Possui ação farmacológica atuando como medicamento anticoagulante utilizado em várias patologias.

O uso de Heparinas tem como objetivo a minimização de manifestações tromboembólicas e do comprometimento funcional de órgãos e sistemas (pulmonar, cardiológico e neurológico), assim como a expectativa de melhorar a evolução clínica, diminuir a morbidade, a mortalidade e as sequelas tardias.

Existem modalidades profiláticas (trombo profilaxia) e terapêuticas no uso das Heparinas, como também a possibilidade de utilização de Heparina não fracionada (regular) e Heparinas de baixo peso molecular, aqui representadas pela Enoxiparina.

Nas formas graves da COVID-19 existe a possibilidade de complicações trombo hemorrágicas na micro circulação de difícil detecção clínica ou por métodos complementares.

As alterações laboratoriais da hemostasia que acompanham esses casos são caracterizadas pela diminuição da atividade da Proteína C e S da coagulação, aumento da presença de conjugados como Trombina: AntiTrombina III, elevação dos produtos de degradação da Fibrina (PDF) entre eles o D-dímero e consumo de plaquetas (trombocitopenia).

A elevação do D-Dímero está descrita como fator de gravidade e de prognóstico reservado na evolução da infecção pelo Coronavírus COVID-19.

É muito importante observar que a dosagem normal do D-dímero não exclui a possibilidade de manifestações trombo hemorrágicas. Devemos estar atentos, por exemplo, a possibilidade de Fibrinolise, primária ou secundária, na qual o Fibrinogênio está diminuído ou indetectável e o d-dímero normal, assim como em outras microangiopatias nas quais predomine a lesão endotelial.

Utilização da Heparina

- 1.-Utilizar na trombo profilaxia Enoxiparina 60 mg subcutâneo uma vez ao dia ou heparina não fracionada (regular) 5.000 UI subcutâneo 12/12 horas.
- 2.-Para utilização terapêutica podemos utilizar a dose de: 2.1.Enoxiparina subcutânea de 1 mg/kg de12/12h (0,75mg/kg se IMC > 40); 2.2.Heparina não fracionada (regular) subcutânea de 100 UI/ kg de 8/8 h;
- 2.3.Heparina não fracionada (regular) endovenosa, infusão contínua, com dose de ataque de 80 UI/kg e com manutenção de 10 a 20 UI/kg/h.
- 3.-No caso de contra indicação de uso de Heparina podemos utilizar Fondaparinux subcutâneo uma vez ao dia (5 mg < 50 kg, 7,5 mg > 50 kg de peso corporal)
- 4.-Podemos realizar o controle terapêutico da: 4.1.Enoxiparina com a dosagem do fator anti Xa (colhido de 3 a 4 horas após a aplicação da medicação) que apresenta sua faixa terapêutica ideal de 0,4 a 1,2; 4.2.Heparina não fracionada (regular) com PTTa (faixa terapêutica ideal de 2,5 vezes o controle) e fator anti Xa (faixa terapêutica ideal de 0,3 a 0,7).
- 5.-Gestantes e puérperas que confirmarm o diagnóstico ou evoluírem com sintomas de infecção pelo COVID-19, podem fazer profilaxia com Enoxiparina 40 subcutâneo diariamente por 14 dias ou até o término da infecção. E quando internadas deverão seguir o protocolo.

Caso o PTTa ultrapasse 3 vezes o valor do controle devemos interromper a infusão endovenosa por 1 hora e reiniciar após reavaliação clínica e laboratorial.

e regular de anticoagulantes orais e anti agregantes plaquetários. Anticoagulantes orais devem ser suspensos ao iniciar o tratamento com heparinas. Os anti agregantes plaquetários devem ser limitados a um apenas (exemplo AAS 100 mg) e em dias alternados. Alguns pacientes podem apresentar anticorpos anti cardiolipina e a possibilidade de utilização de AAS 100 mg em dias alternados pode ser considerada.

Pacientes com insuficiência renal apresentam maior risco de sangramento e difícil controle laboratorial (PTTa e TAP podem estar alterados). Nesses casos deve ser utilizadas de forma cuidadosa e preferencial a Heparina não fracionada (regular) com infusão contínua endovenosa com controle laboratorial a cada 6 horas.

Pacientes com índice de massa corporal (IMC) igual ou superior a 40 também apresentam maior risco de sangramento com uso de heparina, sendo aconselhada diminuição de dose (Enoxiparina 0,75 mg/Kg)

Em caso de sangramento com repercussão clínica e hemodinâmica, a Heparina deve ser suspensa imediatamente. Podemos utilizar sulfato de Protamina que neutraliza a ação da heparina não fracionada (regular) e neutraliza parcialmente a heparina de baixo peso molecular. A infusão de Protamina deve ser realizada lentamente por via endovenosa (risco de reação anafilática) e na dose de 1 mg/100 ui heparina regular e 1 mg/1mg de Enoxiparina. Na persistência de sangramento podemos recorrer a hemotransfusão de plasma humano fresco, plasma rico em plaquetas, fatores de coagulação liofilizados (Beriplex PN) e fatores de coagulação ativados (FEBA).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Chefia de Gabinete

À Subsecretaria Executiva da Secretaria de Saúde,

Considerando a instauração de expediente específico no âmbito do Núcleo de Contencioso Estratégico e de Defesa da Probidade desta Procuradoria Geral do Estado para tratar da questão, restituo-lhe o presente expediente para prosseguimento na adoção das medidas administrativas necessárias à finalização do contrato, em especial a avaliação sobre a aplicação das sanções contratuais à empresa contratada.

Atenciosamente,

JOAQUIM PEDRO ROHR

Procurador do Estado

Núcleo de Contencioso e Defesa da Probidade (PG-15)

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Pedro Rohr, Procurador**, em 13/05/2020, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4657275** e o código CRC **791AFF4E**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4657275

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria de Controladoria Geral da SES,

Considerando as informações prestadas ao Ministério Público, no bojo SEI-080002/000890/2020, com relação ao Contrato N° 014/2020 celebrado com a empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, cujo objeto é a aquisição de material de consumo para realizar atendimento dos pacientes com suspeitas e diagnosticados com COVID 19, no valor total de R\$ 67.920.000,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e vinte mil reais), importante esclarecer o que segue:

No Processo SEI 080001/005899/2020, consta o Termo de Referência n° 38/2020 **(3805461)** cujo objeto é a solicitação de 600 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 300 para aquisição.

Diante da solicitação de aumento no quantitativo de ventiladores pulmonares – acréscimo de 100 para aquisição **(3843318)** -, houve o aditamento do referido Termo de Referência **(3844597)**, cujo objeto é a solicitação de 700 ventiladores pulmonares. Sendo 300 sob forma de locação e 400 para aquisição.

O atual Subsecretário Executivo, Iran Aguiar, após o início dos seus trabalhos nessa Subsecretaria Executiva, determinou fosse inserido no SEI o Contrato N° 014/2020 **(4329266)**, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde, e a Empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, uma vez que a Cópia do Contrato celebrado entre as partes não havia sido acostado no respectivo processo.

É certo que a Subsecretaria Executiva **(Nova Gestão)**, com vistas à proteção do interesse público, também **instituiu diversas medidas administrativas prudenciais**, a saber:

1. Promoveu a inserção no SEI da Solicitação de **Parecer à Procuradoria Geral do Estado** (4344040), indagando, mormente no que tange ao objeto da presente Requisição, o seguinte:

“Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do

sancionamento?

8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;"

Diante de tais questionamentos, foi elaborado o Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 14/2020 (4447765), no dia 04.05.2020, recebeu **visto com acréscimos** e concluiu, em síntese:

1. Apesar de o termo de referência ter sido elaborado setor requisitante e firmado por técnico com qualificação profissional pertinente ao tema, falta a assinatura deste último. Recomenda-se a correção desse vício.
2. Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não se encontram presentes. Basta notar habilitação da empresa (3864266) para verificar isso. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.
3. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
4. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;
5. Em especial, faz-se necessário justificar a redução da garantia prevista na cláusula décima da minuta, em respeito à nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta padrão de compras elaboradora pela PGE/RJ;
6. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
7. Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado, em cumprimento ao artigo 4º, inciso IV da Lei Estadual nº 5.414/2009, ao artigo 4º, inciso V, §3º, do Decreto Estadual nº 40.500/0765 e à Orientação Administrativa nº 0466, para a análise do possível impacto da presente contratação.
8. Conforme orientação do Procurador Geral do Estado (4237971): a) encaminhe-se o presente processo administrativo para a Controladoria Geral do Estado, para ciência; e b) após, remetam-se as informações ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas Estadual, conforme orientação do Procurador Geral do Estado;"

2. A Subsecretaria Executiva **notificou** a Empresa **ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (4353456)**, no dia 29/04/2020, **através do Ofício SES/SUBEX SEI nº 23**, quanto ao **Descumprimento de obrigação contratual – CONTRATO SES nº 014/2020**, que possui como objeto ***“aquisição de material de consumo para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos (SIC) e diagnosticados com COVID-19***, referente à ***inexecução contratual parcial***, com a entrega parcial tão somente de 52 (cinquenta e dois) itens de um total de 400 (quatrocentos), correspondente ao ***“ventilador pulmonar microprocessado para suporte ventilatório de pacientes adultos, pediátricos e neonatais”***, na forma do art. 87, incisos I a IV, da Lei Nacional nº 8.666/93, podendo apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, conforme preceitua o parágrafo 2º, do mesmo artigo.

Através do despacho (4368397), consta envio dos números das SEIs 6910/2020, 7785/2020, 7783/2020 e 7784/2020 referente às entregas na Coordenadoria Geral de Armazenagem/CGA, pela empresa ARC Fontoura.

Nesse sentido, entendo que a **divergência entre as mercadorias previstas no Termo de Referência e as efetivamente recebidas pela Administração**, conforme questionamento do item d do Ofício nº 297/2020 MPERJ - 3PJCID (4448788), no caso da compra junto à empresa ARC Fontoura (contratação 2020001633, processo de pagamento SEI 080001/006910/2020 e 080001/07783/2020), **bem como o próprio procedimento que ensejou a contratação, devem ser apurados através de sindicância**

administrativa.

3. Todavia, diante do manifesto descumprimento contratual, **no dia 08 de maio de 2020**, através da Notificação de Inadimplemento de Contrato SES/SUBEX (4571261) a **Subsecretaria notificou a empresa quanto à rescisão unilateral do Contrato nº 014/2020.**
4. Por fim, **no dia 12 de maio de 2020**, a Subsecretaria Executiva, através do Despacho de Encaminhamento de Processo SES/SUBEX (4602209), complementado pelo Despacho de Encaminhamento de Processo SES/SUBEX (4632844), no bojo do SEI-140001/012869/2020, remeteu subsídios à Subsecretaria Jurídica, com vistas à Procuradoria Geral do Estado, para instruir e auxiliar na tomada de providências no sentido de tutelar o interesse da Administração Pública.

Assim sendo, remeto os autos à Subsecretaria de Controladoria Geral da SES, para que **analise** as informações aqui prestadas quanto à contratação da empresa ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, em conjunto com os processos administrativos a ela relacionadas, sendo certo que a atual gestão da Subsecretaria Executiva expressa a vontade de cooperar com todos os órgãos fiscalizadores e se compromete a verificar essas questões para que equívocos como esses não aconteçam.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 14/05/2020, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4689455** e o código CRC **6C6F7736**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4689455

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Controladoria Geral da SES

À Corregedoria Geral da SES,
À SUBEX,

C/C SUPAG,

Trata-se de processo administrativo instaurado no âmbito da Subsecretaria Executiva, visando à locação de 300 (trezentos) e aquisição de 300 (trezentos), ventiladores pulmonares, num total de 600 (seiscentos) aparelhos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, culminando com a celebração do Contrato nº 014/2020 (4329266), entre a Secretaria de Estado de Saúde, representada pelo então Subsecretário Executivo, Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos e a empresa ARC Fontoura Indústria, Comércio e Representações EIRELI.

Posteriormente, a Subsecretaria Executiva notificou a empresa contratada (4571261) acerca do Termo de Rescisão Unilateral do referido contrato, determinando, em seu artigo 2º, que: *"no tocante às verbas recebidas, será concedido prazo de 10 (dez) dias para ressarcimento aos cofres públicos, a contar do recebimento desta notificação extrajudicial, tendo a empresa ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI que realizar o recolhimento através de GRE'S que estão emitidas, e disponíveis nesta Subsecretaria Executiva / SES"*.

Assim, a Subsecretaria Executiva - SUBEX, por meio do despacho 4689455, encaminhou o presente à esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES – SUBCG, solicitando que *"analise as informações aqui prestadas quanto à contratação da empresa ARC FONTOURA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, em conjunto com os processos administrativos a ela relacionadas"*.

Ademais, exarou o entendimento de *"que a divergência entre as mercadorias previstas no Termo de Referência e as efetivamente recebidas pela Administração (...), bem como o próprio procedimento que ensejou a contratação, devem ser apurados através de sindicância administrativa"*.

Desta forma, esta SUBCG, no uso de suas atribuições, informa o seguinte:

• **Quanto à Análise das Informações Constantes do Presente Processo**

A Lei Estadual nº 7.989/2018, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, definiu o Sistema de Controle Interno, nos termos do seu artigo 5º, como sendo o *"conjunto de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual organizados por macrofunções e atividades de controle, que devem agir de forma articulada, multidisciplinar, integrada e sob a orientação técnico-normativa da Controladoria Geral do Estado para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição Federal e na Estadual"*.

O parágrafo primeiro do artigo 4º da referida Lei dispõe, ainda, que *"a responsabilidade primária por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos é do titular do órgão ou entidade, sem prejuízo das responsabilidades secundárias que cabem às chefias, direção e demais gestores em seus respectivos âmbitos de atuação"*.

A esse respeito, o Decreto Estadual nº 46.873/2019, ao regulamentar a Lei Estadual nº 7.989/2018, assenta, no parágrafo 3º do artigo 11, que a Unidade de Controle Interno – UCI, ao exercer as atividades de avaliação e consultoria, não deve assumir quaisquer responsabilidades ou ter qualquer ingerência na gestão do órgão ou entidade.

Desta forma, esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES (SUBCG) é a Unidade de

Controle Interno da SES, integrando a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos bem como integridade e confiabilidade das informações produzidas e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de *accountability*, apontando, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas. **Note-se, portanto, o caráter opinativo e não vinculativo das manifestações exaradas por esta SUBCG, haja vista que o gestor pode ou não atender à proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.**

Assim, diante das notícias veiculadas em mídia de grande circulação, acerca de indícios da ocorrência de irregularidades envolvendo as contratações emergenciais firmadas pela SES/RJ, no combate ao COVID-19, esta SUBCG, no exercício de suas atribuições, **SUGERIU** à Subsecretaria Executiva (4317695) que fosse avaliada a possibilidade de revisão dos critérios que envolveram tais contratações, de modo a proteger o erário e para que os gestores da Secretaria de Estado de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde não fiquem vulneráveis à responsabilização perante a Egrégia Corte de Contas. Foi apontada, inclusive, a possibilidade de eventual anulação das contratações firmadas com preços acima do padrão, cujos bens ou serviços ainda não tivessem sido entregues ou prestados, caso tal medida não representasse riscos à população e desde que apresentadas justificativas corroboradas por evidências documentais, devendo ser instaurados novos procedimentos visando aquisições com preços compatíveis e justos, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.979/2020.

Destaco que, esta SUBCG, visando um maior controle e transparência, bem como para analisar as supostas irregularidades denunciadas na mídia, por ordem do Secretário de Estado de Saúde à época, determinou à Superintendência de Auditoria Geral da SES (SUPAG), por meio da Portaria SUBCG/SES nº 11/2020, a realização Auditoria Extraordinária para analisar os processos de contratações emergenciais decorrentes do novo coronavírus (COVID-19), **dentre os quais se encontra o presente.**

Esta Auditoria Extraordinária, conforme esclarecimentos prestados na CI SES/SUPAG SEI Nº8 (4397566) e no despacho 4535930, disponibilizado nos autos do processo administrativo nº SEI-080002/000890/2020, está sendo realizada pela SUPAG em duas etapas, a primeira, preliminar, tendo como objetivo contribuir com o processo de gestão da SES, focando na identificação de riscos potenciais e efetivos que poderão vulnerar a gestão do Fundo Estadual de Saúde – FES em razão de possíveis impropriedades cometidas nos processos de contratação e execução das aquisições emergenciais, culminando com a elaboração de "Relatórios de Identificação e Classificação de Riscos", por meio dos quais aquela SUPAG apresenta aos gestores medidas saneadoras dos processos e mitigadoras dos riscos, para restabelecimento da eficácia e eficiência dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

A segunda etapa, por sua vez, ocorrerá após a efetivação da análise de todos os processos, ocasião na qual, a partir da replicação de um material elaborado pela Controladoria Geral da União, serão avaliadas outras dimensões da contratação, tais como a execução, a motivação da contratação, o preço e quantidade praticados, à definição do objeto, à transparência e o controle social, sendo emitido, ao final, "Relatório Final".

Importante frisar que a SUPAG, no intuito de assegurar à Controladoria Geral do Estado o acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito da Auditoria Extraordinária instaurada, vem apresentando relatórios semanais dos trabalhos realizados, as possíveis indicações de impropriedades, ou irregularidades existentes nos contratos já submetidos à sua análise.

Outrossim, a Controladoria Geral do Estado emitiu a Nota de Identificação de Riscos nº 20200004/SUPSOC1/AGE/CGE (4485358), submetido a essa SUBEX, por meio do despacho 4525321, de 07/05/2020, no qual esta SUBCG orientou quanto ao prazo estipulado pela CGE/RJ, para atendimento.

Além disso, após uma análise perfunctória e não exauriente dos elementos que compõem o presente processo até o presente momento, esta SUBCG, em razão do objetivo geral dos controles internos administrativos de evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades nos procedimentos, afirma sua total concordância com os termos do Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 14/2020 (4447765), exarado pela Subsecretaria Jurídica, bem como os despachos 4540860 e 4575213, oriundos da Procuradoria Geral do Estado.

- **Quanto à Divergência das Mercadorias Previstas e Efetivamente Recebidas, bem como ao Próprio Processo de Contratação**

Além da solicitação de análise das informações constantes no presente processo, a SUBEX entendeu que a divergência entre as mercadorias previstas no Termo de Referência e as efetivamente recebidas pela Administração, bem como o próprio procedimento que ensejou a contratação, "devem ser apurados através de sindicância administrativa".

A esse respeito, entendemos que necessário a remessa dos autos à Corregedoria Geral da SES, a fim de que seja exarada manifestação quanto a necessidade e a viabilidade de instauração do referido procedimento, por se tratar da área técnica com a expertise para deliberar sobre o assunto.

• **Conclusão**

Diante de todo o exposto, por ordem do Subsecretário da Pasta, encaminhamos o presente:

1. **À Corregedoria Geral da SES**, solicitando que, no prazo de 03 (três) dias, manifeste-se quanto à necessidade e viabilidade de instauração de procedimento de sindicância para apuração da divergência entre as mercadorias previstas no Termo de Referência e as efetivamente recebidas pela Administração bem como o próprio procedimento que ensejou a contratação e, em caso positivo, retornem os autos a esta SUBCG para adoção das providências cabíveis;
2. **À SUBEX**, aproveitando a oportunidade para reiterar a necessidade de cumprimento das 20 (vinte) Solicitações de Auditoria previstas na Nota de Identificação de Riscos nº 20200004/SUPSOC1/AGE/CGE (4485358), Processo SEI-320001/001044/2020, até o dia 20/05/2020, tendo em vista a prorrogação de prazo concedida pela CGE.

Leia-se em cópia a SUPAG, para ciência dos atos praticados, tendo em vista a Auditoria Extraordinária determinada pela Portaria SUBCG/SES nº 11/2020 e na qual o presente processo se encontra elencado.

Atenciosamente,

Robson Ramos Oliveira
Superintendente de Governança, Conduta e Ética
ID. Funcional 2911435-7

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ramos Oliveira, Superintendente**, em 20/05/2020, às 23:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4762872** e o código CRC **95358C7E**.

Referência: Processo nº SEI-080001/005899/2020

SEI nº 4762872

Rua México, - Bairro centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br